



Anais da Assembléia

Nº 182

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 1995.

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 10: Algaci Túlio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walnor Trentini; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 128ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 1995
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

O F Í C I O S

Sob o nº 681/95, do Senhor Norton José Siqueira Silva - Secretário de Estado da Fazenda substituto, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre "Operações do ano de 1994, do BANESTADO Clube". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 365/95, do Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira - Secretário de

Estado da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, que pede esclarecimentos sobre "compra de veículos importados para Polícia do Estado do Paraná". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 2859/95, do Senhor Ramiro Wahrhaftig - Secretário de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Péricles de Holleben Mello, que pede esclarecimentos sobre "Professor Pedro Egídio Warkeu". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 3781/95, do Senhor Antonio Celso Pinto Martins - Diretor Técnico do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Toti Colaço, que pede esclarecimentos sobre "obras da Escola Estadual João XXI-II, do Município de Irati". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 649/95, do Senhor Norton José Siqueira Silva - Secretário de Estado da Fazenda substituto, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Orlando Pessuti, que pede esclarecimentos sobre "Programa Panela Cheia, do BANESTADO". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 1241/95, do Senhor Reinhold Stephanes Júnior - Secretário de Estado da Administração, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Emerson Nerone, que pede esclarecimentos sobre "pensionistas do IPE, que tiveram acordos para pagamentos de ações judiciais". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº 1470/95, do Senhor Fernando Ribas Carli - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Emerson Nerone, que pede esclarecimentos sobre "Recursos do PEDU transferidos para o Município de Maringá". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 1453/95, do Senhor Fernando Ribas Carli - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "contratação de Empresas de Informática pela Administração Direta e Indireta do Estado". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 1419/95, do Senhor Fernando Ribas Carli - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido

pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "extensão do Canal Extravisor". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 1449/95, do Senhor Fernando Ribas Carli - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Ricardo Chab, que pede esclarecimentos sobre "perfuração de poços artesianos na Zona Rural do Município de Colombo". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 1343/95, do Senhor Fernando Ribas Carli - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Antonio Belinati, que pede esclarecimentos sobre "número de indústrias montadas em Londrina nos últimos 6 meses". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 1437/95, do Senhor Fernando Ribas Carli - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Geraldo Cartário, que pede esclarecimentos sobre "situação econômico-financeira das Prefeituras Municipais". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob os n°s CTL/SEEG/232 e 233/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei n°s:

451/95: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que cria o Município de Arapuã, desmembrado do Município de Ivaiporã, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.219. **Anote-se - Arquite-se.**

453/95: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, cria o Município de Imbaú, desmembrado do Município de Telêmaco Borba, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.220. **Anote-se - Arquite-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3790

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n° 547/95 que cria o Município de Pontal do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.12.95.

(aa) RICARDO CHAB

ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3791

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 550/95, do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar ao orçamento geral do Estado.

Sala das Sessões, em 12.12.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 549/95, que aprova crédito suplementar à Universidade Estadual de Londrina.

Sala das Sessões, em 12.12.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3793

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 538/95, que anexa ao Município de Balsa Nova, áreas territoriais denominadas Tijuco, Imbituva e Pavão, pertencentes à Lapa.

Sala das Sessões, em 12.12.95.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 3794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 528/95, que cria o Município de Coronel Domingos Soares, desmembrado de Palmas.

Sala das Sessões, em 12.12.95.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 3795

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n° 527/95, que cria Prado Ferreira, desmembrado de Miraselva.

Sala das Sessões, em 12.12.95.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 3796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n° 54/95, que autoriza a realização de plebiscito que visa transferir área de Campo Largo para Itaperuçu.

Sala das Sessões, em 12.12.95.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 3787

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência de votação para os itens 15, do Projeto de Lei nº 499/95; 18, do Projeto de Lei nº 525/95; e 19, do Projeto de Lei nº 526/95, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 12.12.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 3797

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária, do Projeto de Lei nº 381/95 - Orçamento Geral do Estado, e Projeto de Lei nº 380/95 - Plano Plurianual de Investimentos.

Sala das Sessões, em 12.12.95.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 3798

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária, do Projeto de Lei nº 468/95, que autoriza o Poder Executivo a vender as ações que detêm na COPEL, por se encontrar em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 12.12.95.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 3780

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.12.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3789

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, retirada por 05 (cinco) sessões do item 09, 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 316/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 12.12.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 3786

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 12.12.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3799

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUEREM sejam convocados os Srs. ex-Presidentes da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, Arturo Andreoli, Paulo Procopiak de Aguiar, Ary Queiroz, Francisco Gomide e João Carlos Cascaes, para prestarem esclarecimentos a esta Casa sobre o Projeto de Lei nº 468/95, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a vender ações da COPEL.

Sala das Sessões, em 12.12.95

(aa) CAÍTO QUINTANA

CEZAR SILVESTRI

ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 3781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Henrique Verlangieri, ocorrido em 31/10/95.

O Sr. Carlos era uma pessoa de muitas amizades e ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa. Com o seu passamento, deixou enlutados não somente seus parentes mas também todos aqueles que um dia tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à Rua Prof. Cardoso Fontes, 599, Bairro Ronda, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 12.12.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3782

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento ocorrido em 18.11.95, do Sr. Pedro Bandechi.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa, deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Fernandes Pinheiro, 322, Centro, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 12.12.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3784

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às Lideranças políticas e aos munícipes do pujante Município de Altônia, pela passagem de seu aniversário de emancipação política a ser comemorado hoje, dia 12 de dezembro.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Jonas Xavier Pinto, Prefeito Municipal (Rua Rui Barbosa, 815), aos Srs. Vereadores Edgard Virgílio, Presidente da Câmara Municipal; Miguel Rezende Neto, Reinaldo Detoni, João Alves do Prado, João Rotta, Anelio Detoni, José Perdomo, Wilson Roberto Gandolfo dos Santos e Sebastião Benedito Garcia (Câmara Municipal, Rua Getúlio Vargas, 82 - CEP: 87.550-000); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800, Cj. 101 - Ed. Centro Comercial - CEP: 87.501-190 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 12.12.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A data a ser comemorada com todas as famílias que moram em Altônia é importante e enche de orgulho todos que ali nasceram e aqueles que a adotaram como terra-mãe.

Mais um ano de vida sempre renova a esperança e a certeza de que o crescimento de uma cidade depende dos seus moradores.

Meus cumprimentos às autoridades constituídas e às lideranças deste Município, que por fazer parte da nossa microrregião crescem juntos em harmonia propiciando ao homem, ao trabalhador cada vez mais condições de vida.

REQUERIMENTO N° 3785

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, 02 (duas) máquinas de escrever para as escolas, Sebastião Proença Ferreira e José Mauro Bueno, Vila Santo Antonio no Município de Ibaiti, junto à FUNDEPAR, e que seja enviado cópia do mesmo para o Vereador Aécio Flávio de Oliveira e para a Prefeitura Municipal, Prefeito Francisco P. Goulart, Praça Getúlio Vargas n° 23, CEP: 86.590-000.

Sala das Sessões, em 12.12.95

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 3788

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Jaime Lerner, Governador do Estado, solicitando as seguintes informações:

a) Quanto foi gasto desde o início até a presente data na construção da FERROESTE?

b) Quanto foi gasto para a construção da Rodovia 376?

c) Com as vendas das ações da TELEPAR, qual a disponibilidade financeira do Estado?

Sala das Sessões, em 12.12.95

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 3783

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, da matéria publicada no Jornal "O Estado do Paraná", na edição do dia 10 de dezembro do corrente, na página 24, intitulada "Itaipu entre as 7 maravilhas modernas", cujo trabalho jornalístico divulga o resultado de pesquisa realizada pela Sociedade Americana de Engenharia Civil sobre as grandes obras construídas neste século, a qual classificou a Hidrelétrica de Itaipu como uma das 7 maravilhas do mundo moderno.

Sala das Sessões, em 12.12.95

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Com muito orgulho o povo do Paraná e especialmente este Parlamentar, por representar nesta Casa o Município de Foz do Iguaçu, onde situa-se a hidrelétrica, recebe a notícia, por meio da imprensa, de que Itaipu foi classificada pela Sociedade Americana de Engenharia Civil, como uma das 7 maravilhas do mundo moderno, merecendo este fato histórico, registro nos Anais desta Assembléia Legislativa.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 557/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam cancelados os créditos tributários, inscritos ou não em dívida ativa, que tenham como fundamento único e exclusivo a exigência de multa por descumprimento de obrigações acessórias na área do ICMS.

Art. 2° - Ficam reduzidas para 30% (trinta por cento) do valor do ICMS exigido as multas aplicadas em autos de infra-

Art. 3º - O § 5º, do Art. 66, da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, terá a seguinte redação:

"§ 5º - No concurso de penalidades aplica-se a menor."

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.95

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

1. Em matéria de exigência de penalidades, vigora o princípio geral de que as sanções devem guardar proporcionalidade com os danos causados. Além disso, são vedadas sanções com efeitos confiscatórios.

A legislação tributária do Paraná, na área de ICMS, prevê sanções pecuniárias extremamente onerosas para fatos que não trazem, por si só, prejuízos para a arrecadação do Estado, revelando-se como normas tipicamente confiscatórias.

O objetivo fundamental da lei tributária reside na captura da riqueza gerada pelo particular para, num segundo momento, se redistribuí-la, conforme a visão pública dos governantes do momento.

Descumprir obrigações acessórias, desse modo, não implica em coibir a tarefa arrecadadora, pois as evidências materiais e documentais, se bem observadas, permitirão a busca da verdade tributária.

Para bem exemplificar, não soa correto a aplicação de multa equivalente a 30% (trinta por cento) ou 50% (cinquenta por cento) do valor das mercadorias ou serviços, em casos de falta de emissão ou de entrega de nota fiscal ou, ainda, emissão de documento fiscal sem ocorrência de saída de mercadorias.

A fiscalização dispõe de meios incontáveis para apurar o valor do tributo exigido, sem necessidade de, ainda, impor penalidades com base no valor das mercadorias ou serviços. Justo e proporcional será cobrar multa com base no valor do tributo devido.

2. É diante desse quadro que se apresenta projeto de lei com objetivo de:

a) cancelar as multas impostas em decorrência exclusiva de descumprimento de obrigações acessórias;

b) reduzir as multas impostas em autos de infração que cobram ICMS, ao limite de 30% (trinta por cento) do valor do tributo exigido; e,

c) aperfeiçoar a redação do § 5º, do Art. 66, da Lei nº 8.933/89, de modo a adequá-lo à norma do Art. 112, especialmente seu inciso IV, do Código Tributário Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 558/95

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, uma Delegacia Especializada de Furtos e Roubos no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.95.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos anos o Município de Foz do Iguaçu registrou explosões demográficas desproporcionais causadas em especial por três grandes ciclos econômicos: o de Itaipu, o de Exportação e Turismo de Compras e, por fim, o de Globalização da Economia.

O Ciclo de Itaipu determinou, na época, que a população local saltasse de 34 para 136 mil habitantes, em razão dos empregos gerados pela hidrelétrica em construção.

Sobrepondo-se ao ciclo de Itaipu, a cidade, a partir de 1980, passou a ser impulsionada pelo ciclo de Exportação e Turismo de Compras, com a criação da Zona Franca da Cidade de Leste, vindo a cidade vizinha em pouco tempo, a transformar-se no terceiro mercado mundial, movimentando cerca de 14 bilhões de dólares anuais, conforme a Revista Forbes.

Finalmente, com a incrementação do MERCOSUL, chegou-se ao ciclo da globalização da economia, o qual acabou por facilitar a negociação direta das empresas paraguaias com grandes empresas brasileiras.

Tais ciclos econômicos, ao gerarem divisas, trouxeram problemas sociais imensos, a se citar:

a) surgimento de bairros populosos sem infra-estrutura mínima necessária;

b) grande volume de desemprego, com o término das obras de Itaipu;

c) aparecimento de grande número de favelas, em torno de 40 (quarenta), onde habitam cerca de 20.000 pessoas; e

d) com a globalização da economia, fecham suas portas um grande volume de empresas exportadoras e novamente o desemprego aparece em grande escala.

Os problemas sociais aliados à impossibilidade do contexto econômico do município de absorver a mão-de-obra ociosa, têm determinado um aumento do índice de criminalidade, o que atinge diretamente os segmentos que se dedicam à segurança pública.

Resumindo, verificou-se que a população de Foz do Iguaçu nos últimos anos saltou de 34 mil para 210 mil habitantes, bairros pobres sofreram grande inchaço, o

desemprego aumentou vertiginosamente e as favelas se proliferaram por toda a cidade, somando cerca de 10% da população, fatos que determinaram, entre outros fatores, o aumento volumoso da população de menores carentes e abandonados, os quais fatalmente acabam passando à condição de infratores, em razão do seu universo social, sendo comum encontrá-los fazendo uso de substâncias entorpecentes, bem como no cometimento de furtos e roubos, quando não usados ou se dedicam ao tráfico de drogas, ou ainda, no caso de meninas, à prática da prostituição infantil, isto apesar dos esforços da administração municipal, alguns segmentos da comunidade e da existência de programas específicos de atendimento levados também a efeito pelo Poder Executivo do município.

Diante das argumentações aqui expostas, faz-se necessário oferecer a Foz do Iguaçu uma maior estrutura na área de segurança, e entendemos que prioritariamente se requer a instalação de uma Delegacia Especializada de Furtos e Roubos, cujo trabalho certamente diminuirá significativamente a criminalidade no município.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Senhor Jocelito Canto.

O SR. EDNO GUIMARAES (Pela Ordem) - Queria registrar a presença do Dr. Ariovaldo Cavalcanti, grande líder da região de Brasília do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente associada a presença do nominado e a Mesa Executiva participa desta sua manifestação.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de chamar a atenção de todos os companheiros desta Casa para este pronunciamento que vamos fazer hoje, baseado também no pronunciamento feito ontem pelo Deputado Toti Colaço, muito oportuno e que queremos reafirmá-lo, depois de vermos uma cena lamentável aqui na serra de São Luiz do Purunã.

Senhor Presidente, como se sabe, o nosso País e principalmente o Paraná, o Paraná das promessas, das falsas coisas prometidas em campanha. O Paraná não tem emprego. É o que a gente mais se vê falar, é que o Paraná, não há emprego, como diz o ditado popular: "não há emprego para ninguém". Falta emprego em todas as cidades do Paraná, principalmente nas grandes cidades. A nossa Ponta Grossa é um exemplo

também da falta de emprego.

Quando se podia ter oportunidade de levar algumas indústrias àquela cidade, acaba se vendo o contrário, as indústrias vão embora para outros Estados e o Paraná fica sem indústria, sem emprego e o povo fica mais uma vez desassistido.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, vimos uma cena agora, ali em São Luiz do Purunã, no posto da Polícia Rodoviária Estadual, uma cena que parece que só vimos, ou os mais antigos que viveram e estão presentes hoje, viam no tempo da ditadura militar. Vimos ali, homens do exército brasileiro, vimos ali policiais fardados, militares fardados, acampamento militar ao lado da pista, metralhadora na mão, Senhor Presidente, para parar os ônibus, para fiscalizar os desempregados deste Estado do Paraná, que se obrigam a ir a Foz do Iguaçu, buscar lá algumas coisinhas para vender e dar sustento aos seus filhos, porque emprego não tem no Paraná.

Isso nos deixou admirados, o que é que as Forças Armadas estão fazendo num Paraná democrático, num Paraná que se diz hoje o maior Estado desta Nação? Vemos o exército fardado, como se estivesse preparando uma guerra, com metralhadoras parando ônibus, ao lado de fiscais da Receita, tirando às vezes aquilo que seria o sustento das famílias agora neste final de ano.

Emprego, Senhor Presidente, não tem. Tem conversa fiada e muita promessa. Agora, emprego, não tem. E aí vemos o Exército, o Exército que é pago com os impostos de todos nós, com o sacrifício de todos os brasileiros, ir à pista de uma rodovia fiscalizar os sacoleiros, obrigar o pessoal a descer como se fosse um bando de bandidos.

Por que a Receita Federal e a Receita Estadual não fiscalizam os maiores contrabandistas deste Paraná e deste Brasil? Por que não pegam os grandes sonegadores, muitas vezes ligados a grandes grupos? Têm que pegar justamente aquele trabalhador que trabalha a semana toda e que no final da semana consegue uma dispensinha para ir até Foz do Iguaçu e trazer alguma coisinha para vender?

Tenho a impressão, Senhor Presidente, que está havendo uma pressão muito grande de alguém importante neste Estado do Paraná, para que essas pequenas pessoas sejam fiscalizadas. E nós, Deputados do Estado do Paraná, o que vamos fazer com isso? Primeiro diminuíram a cota em Foz do Iguaçu, estão segurando os ônibus, estão acabando com a comida das famílias pobres deste Estado do Paraná, que sobrevivem em cima disso, Senhor Presidente. Estão levando as famílias ao desespero, e não se vê nenhuma posição correta, só se vê balela, e ninguém faz nada para resolver isso.

Gostaria nesta tarde de cobrar desta Casa que nós, eleitos pelo voto deste sofrido povo do Paraná, que não tem emprego, que acreditou em falsas promessas de trabalho, gostaria de cobrar desta Casa hoje que nós Deputados, tomássemos um posicionamento, se preciso ir à Brasília, como os professores vão reivindicar o seu aumento, como os trabalhadores vão reivindicar os seus aumentos, como os sindicatos vão a Brasília reivindicar melhorias para as suas classes.

E nós, políticos, eleitos pelo sagrado voto desse trabalhador do Paraná, e a grande maioria dessas pessoas que votou em nós são essas pessoas que estão agora sem trabalho, sem emprego, estão passando necessidades, pessoas como agora vimos semana passada em Ponta Grossa, uma família, mandei gravar até uma entrevista para colocar no rádio para ver as dificuldades que o povo passa, famílias pegando restos de comida no lixo para sobreviver.

E mais Senhor Presidente, para que tanta fiscalização nas estradas do Paraná, é fiscal em cada cidade, quem é que está mandando fazer isso, cada instante um fiscal fiscalizando. E os grandes corruptos desse Estado, e as grandes pessoas que levam muito mais que os sacoleiros quando é que vão botar na cadeia? Nunca. Mas os pequenos estão pagando, estão ficando sem nada.

Estão acabando com o Natal das pessoas mais simples, Senhor Presidente, e nesse sentido, depois de ver uma metralhadora do Exército, do nosso Exército brasileiro, numa pista, numa estrada do Paraná, fiquei indignado de ver mais de dez ônibus parados, as pessoas chorando, uma velhinha chorando que tudo que ela tinha acabou perdendo. E nós, vamos continuar nos escondendo, vamos continuar dizendo que o problema não é nosso?

Gostaria de pedir ao Governador deste Paraná, o Governador que na campanha, pelo menos é o que se via na televisão e nos comícios que seria o Governador do povo, do povo social do Paraná, do povo sem emprego, do trabalhador do Estado do Paraná, do professor que ganha mal e que nas horas de folga vai a Foz do Iguaçu completar o seu orçamento, o funcionário público, enfim, todos os funcionários públicos na folga que têm, vão a Foz do Iguaçu, completar o seu orçamento.

Gostaria de pedir ao Governador do Estado que não só fale na televisão que ele é a favor da quota; que ele levante um movimento nesse Paraná em honra aos votos que ele tem. A vitória dele foi no primeiro turno; a maioria deste povo votou nele. Ele não pode se esconder agora, dizer que não e apenas fazer pronunciamentos na imprensa dizendo que gostaria que voltasse a

quota.

Gostaríamos que o Governador do Estado do Paraná tomasse uma posição em conjunto com esta Casa; em conjunto com o povo desempregado desse Paraná, Senhor Presidente. Em cada cidade, milhares e milhares de pessoas estão passando dificuldades. E aí esse apelo faço hoje ao Governador do Estado, que julgamos seja um Governador social.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes do ilustre Deputado Sâmis usar da palavra, a Presidência pela liberdade e amizade que possui com o ilustre Deputado que ocupa a tribuna, já está lhe concedendo o Horário do PSC e por isso é permitido um aparte.

O Sr. Sâmis da Silva - Deputado Jocelito Canto, Vossa Excelência aborda um problema que nos últimos trinta dias tem tomado conta de todas as manchetes, quer seja estadual ou nacional. E com a proximidade do Natal, sempre foi assim, sempre houve um arrocho muito grande por parte da Receita Federal e da Polícia Federal em relação aos sacoleiros que vão a Cidade de Leste, lá na fronteira com Foz do Iguaçu. E esta questão, esta polêmica toda, já nos levou a Brasília há cerca de quinze dias atrás, onde juntamente com o vice-Prefeito de Foz do Iguaçu e com o Senhor Neiço Açu-na da Paraíba, tivemos uma audiência durante quase uma hora com o Ministro da Fazenda, Pedro Mallan, que ouviu atentamente as questões abordadas por mim e pelo vice-Prefeito, em referência àquilo que tem acontecido, principalmente, com o fechamento da Ponte da Amizade, que durante seis dias esteve interditada com o redução da quota de duzentos e cinquenta dólares para cento e cinquenta dólares e levamos a ele a nossa indignação. Na verdade fizemos um grande desabafo em relação a este problema. Mas o que sentimos é que com a proximidade do Natal o que se está apreendendo de mercadorias, são coisas pequenas: são brinquedos, enfeites de Natal. São coisas insignificantes. E o que passa pela Ponte da Amizade, o que vem de lá, o que os chamados sacoleiros trazem de Cidade de Leste para dentro do nosso País é insignificante perto do grande contrabando que passa de avião, que vem nos portos, que vem pelos aeroportos. Por que não se utiliza o Exército para fazer uma fiscalização nos portos: no Porto de Paranaguá, no Porto de Santos, no Aeroporto do Galeão, no Aeroporto do Rio de Janeiro, no Aeroporto de Cumbica, em São Paulo?

Há uma discriminação muito grande no papel. A Receita Federal colocou uma quota de cento e cinquenta dólares para o sacoleiro que vem, por exemplo, lá do Mara-

nhão, de ônibus. Ele leva três dias para chegar em Cidade de Leste, para chegar lá em Foz do Iguaçu e é lógico que ele não vai buscar lá cento e cinquenta dólares ou duzentos e cinquenta dólares. Mas para quem viaja de avião e que vai a Miami, que vai ao exterior, passeia, que anda confortavelmente de avião, ele tem uma quota de quinhentos dólares.

Há uma discriminação, há dois pesos e duas medidas. Então há uma indignação em relação a tudo isto. Nós sentimos a preocupação lá, em Foz do Iguaçu. O Prefeito Dobrandino, as lideranças políticas têm se movimentado. Nós mesmos, eu, o Prefeito Dobrandino, já presenciamos aqui no Palácio Iguaçu uma ligação do Governador Jaime Lerner para o Presidente da República, onde o Governador bateu duro nesta questão das quotas, no problema dos sacoleiros, a grave crise do desemprego não só a nível de Estado do Paraná, mas a nível de Brasil.

Isso nos assusta, essa posição do Governo Federal, hoje, utilizando o Exército e a Polícia Rodoviária Federal que recentemente, através de um decreto do Governo Federal, a Polícia Federal agora tem o livre exercício para fazer a fiscalização de bagagens nos ônibus nas rodovias federais.

Isso nos assusta e agradeço aqui e parabênz pelo seu brilhante discurso em que Vossa Excelência aborda essa questão com muita ênfase.

O SR. JOCELITO CANTO - Obrigado pelo seu aparte, Deputado Sâmis.

O Deputado Toti também gostaria de falar, ele que trouxe a idéia ontem, esse problema, e hoje, nós fazendo esse trajeto de ida e volta para Ponta Grossa, ao passarmos no Posto São Luiz do Purunã, sentimos a dificuldade e o Exército colocado ao lado da rodovia, isso é uma vergonha para todos nós!

O Sr. Toti Colaço - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e o parabênz também por abordar esse assunto, que abordamos na sessão de ontem e em outras sessões alter-nadas anteriormente, já havia me posicionado em alguns apartes, no que estava acontecendo em relação aos sacoleiros, assim chamado o pessoal que vai ao Paraguai fazer suas compras. Parabênz Vossa Excelência, acho muito importante o posicionamento da Assembléia. É muito importante que nós Parlamentares que vivemos isso no dia-a-dia minha gente, é bom que fique claro isso, que vaga por essa estrada, pessoal que vai a Foz do Iguaçu, a Casca-vel, o pessoal que está viajando por aí de carro, está vendo que é um verdadeiro mas-sacre o que está se fazendo com essas pes-soas. É um verdadeiro descalabro o trata-

mento que se dá a essa gente que vem ali com 300, 400 até 500 dólares de mercado-ria.

Aquilo que o Deputado Sâmis falou ago-ra há pouco é outro absurdo, enquanto que de avião o pessoal pode trazer até 500 dó-lares; aqui no Paraguai, na Argentina não pode ultrapassar 150 dólares. São essas discriminações que nós Parlamentares, in-dependente da posição social, de cada um, independente da sigla partidária a que es-tejamos vinculados, temos que nos posicio-nar veemente contra essa atitude.

É importante que o Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, possa interferir nesse processo, possa manter contato com o Governador Jaime Lerner, porque ele foi muito claro na semana passada, dizendo que sacoleiro não é contrabandista.

Aquilo gostei demais, todo mundo ficou satisfeito, agora é preciso que volte à tona, que interfira nesse processo sob pe-na, é claro, de o nosso Estado virar uma verdadeira caçada aos desempregados que estão por aí.

O Sr. Orlando Pessuti - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Jocelito, quero me somar a Vossa Excelência e também porque não dizer aos Deputados Sâmis da Silva e Toti Colaço, que inclusive na tarde de ontem já com muita veemência, se posicionou em relação a esses episódios, dizer que apóio a mani-festação de Vossa Excelência no sentido de que o Governo do Estado, as autoridades competentes desse nosso País, inclusive, devam realmente, com muita rapidez, colo-car um ponto final nesta situação de instabilidade que vive uma centena de mi-lhares, quem sabe, de pessoas nesse País, envolvidas nesse episódio, os sacoleiros.

Todos nós sabemos perfeitamente que essas pessoas estão buscando através desse tipo de atividade, preservar a integridade da sua família, preservar a oportunidade de ganhar algum dinheiro e com isso evi-dentemente não ter que se bandear para a marginalidade. É evidente que nós temos que fazer um esforço para preservar as nossas empresas, as pequenas empresas do nosso País, e é bem verdade também que sa-bemos que esse tipo de comércio faz com que uma soma de recursos seja transferida para o vizinho país, o Paraguai e eviden-temente para as economias mundiais donde esses produtos vêm para a Ciudad Del Leste para comercialização, mas acima de tudo essas pessoas que se dedicam à atividade como sacoleiros, todas estão buscando ter condições de ganhar algum recurso e manter evidente o bem-estar da sua família.

Temos que nos preocupar com a empresa do nosso país e do nosso Estado, mas a

questão social que representa a atividade dos sacoleiros tem que ser por todos nós respeitada e acima de tudo, prestigiada.

Por isso, cumprimento V. Exa. por trazer em discussão esse assunto na tarde de hoje.

O **Sr. José Maria** - Deputado Jocelito, é com raro oportunismo que traz a esta Casa mais uma vez o que já foi discutido ontem, e precisa, é necessário que discutamos, que pensemos sobre o assunto.

Temos aí, como disse o Deputado Pessutti, quem sabe uma dezena, uma centena, milhares de pessoas, pais de família, desempregados que hoje estão conseguindo manter a sua vida, a subsistência da sua família através deste trabalho. Não considero que seja um trabalho regular, de registro, mas é um trabalho digno porque soam para trazer os produtos lá do Paraguai até aqui e depois vender no mercado, no varejo.

Mas gostaria de colocar outra reflexão, e aí até chamo o Deputado Sâmis, que é muito mais ligado, Sérgio Spada, Nereu, o Colombo. Por que não criar no Paraná, em Foz do Iguaçu a Zona Franca, porque aí teríamos resolvido o problema, o dinheiro não sangraria, os 12 bilhões de dólares, como as estatísticas avaliam que por ano sangra a economia nacional. Por tanto, fazendo aí 30% do PIB do Paraguai, através da Ciudad Del Leste.

É hora da própria sociedade, especialmente a paranaense e as Lideranças do Estado do Paraná, trabalharem no sentido de efetivar a nossa Zona Franca, resolvendo em grande parte a questão dos sacoleiros e também a questão da fuga das divisas através do Paraguai.

É essa a contribuição que quero deixar, além de parabenizá-lo pela sensibilidade de abordar o assunto nesta tarde, nesta Casa.

O **SR. JOCELITO CANTO** - Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de solicitar ao Presidente que acaba de assumir os trabalhos, Deputado Anibal Khury.

Presidente, tenho certeza que V. Exa. não concorda também que o Exército esteja nas rodovias abrindo ônibus, abrindo portamalas de carros, exigindo com que aquilo que a Receita quer fiscalizar, principalmente as pessoas mais humildes do Paraná, seja feito.

Gostaria que através da nossa Presidência, fizéssemos um pedido especial ao Exército brasileiro para que cumpra a sua função neste país. Não há desordem, realmente é a função do Exército. E que esta Casa se pronunciasse, através do nosso Presidente, para com o Comando do Exército que está instalado ali em São Luiz do Puro, que ali não tem nenhum bandido, ali

não tem nenhum agitador da Pátria, ali tem trabalhadores, desempregados que estão tentando melhorar o seu orçamento. Trabalhadores que acreditaram numa idéia do emprego, do emprego e do emprego... E hoje eles sabem que não tem emprego, que houve muita conversa fiada e pouco emprego está se gerando neste Estado do Paraná.

E é por isso que solicito ao nobre Presidente que esta Casa tome uma medida para que o Exército não venha mais para as rodovias ficar fiscalizando, a função do Exército não é essa, essa função não cabe às Forças Armadas. As Forças Armadas, pagas com o dinheiro do povo brasileiro servem para outra coisa, não para isso.

E é isso que gostaria de deixar registrado, e que esta Presidência, esta Casa, tomasse as devidas providências.

Era isso, Srs. Deputados, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O **SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)** - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Marquinhos Alves.

O **SR. MARQUINHOS ALVES** - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje pela manhã estivemos em Maringá, acompanhados do Deputado Joel Coimbra, acompanhados também juntamente com a primeira-dama do Estado do Paraná, Fany Lerner, Prefeito Said Ferreira, vice-Governadora Emilia Belinati.

Tivemos uma manhã bastante emocionante, estivemos na inauguração do Centro de Triagem do Menor e o nome desse Centro é o nome do neto do nosso Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná.

Foi um momento bastante alegre o qual passamos juntos e não estivemos lá apenas como Parlamentar e sim como um amigo da família Khury. O Presidente Anibal, se emocionou quando muitas crianças que ali estavam presentes, crianças de 7 a 14 anos, aprendendo a sua profissão, um Centro de Triagem tendo o nome de uma criança que na época tinha 3 anos quando faleceu. O Presidente Anibal Khury na hora do seu discurso, se mostrou bastante agradecido, em saber que Maringá o recebe de portas abertas. Nós que maringenses somos, nos sentimos também orgulhosos, do Prefeito Said Ferreira que não se esqueceu da força, da produção, o nosso Presidente da Assembleia.

Também queremos deixar aqui o agradecimento à Fundação de Desenvolvimento de Maringá, o qual teve a belíssima idéia de homenagear o neto do Presidente num gesto bastante lindo em Maringá, com a atenção voltada hoje para aquele local. Eu, como Deputado Estadual, quero agradecer em nome da comunidade de Maringá, ao lado dos De-

putados Joel Coimbra e Nerone, o qual também foi lembrado hoje, e dizer que esse trabalho bonito de atendimento ao social demonstra que a Prefeitura de Maringá também se preocupa com esse lado, porque é uma cidade com 300 mil habitantes e também com problemas sociais semelhantes aos grandes centros.

Portanto, subimos a essa tribuna para deixar aqui o nosso voto de agradecimento, o nosso voto também de justiça por aquela pessoa que sempre se preocupa com a Cidade de Maringá.

Era isso, Sr. Presidente, somente para agradecer e deixar registrado aqui com bastante alegria hoje o que se passou na Cidade de Maringá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradeço as palavras do Deputado Marquinhos Alves e realmente foi uma solenidade que me emocionou muito.

Obrigado Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Hermas Brandão, para anunciar medidas do Ministério da Agricultura.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Meu caro Presidente, agradecer a gentileza de V. Exa. e dos companheiros, uma das reivindicações do Paraná ao Ministério da Agricultura em relação ao feijão.

É que sentimos há quinze dias atrás, apesar de o preço do feijão ser 24 reais a saca, estava lá sendo comercializado no início da colheita a 15 reais a saca.

Fomos à Brasília, conversamos com o Ministro José Eduardo, no dia em que o Presidente da República assinou a securitização da dívida agrária, e fizemos uma solicitação em nome de todos os agricultores paranaenses que plantam feijão, no sentido que a CONAB, um Órgão do Ministério da Agricultura e Abastecimento, adquirisse de cada agricultor paranaense 50 sacas de feijão pelo preço mínimo estipulado. O Ministro José Eduardo determinou imediatamente à CONAB que fizesse os estudos, e recebi na última sexta-feira, a confirmação de que os recursos estariam à disposição do Banco do Brasil já na segunda-feira.

Então, a partir de ontem, temos os recursos liberados pela CONAB para aquisição de 50 sacas de feijão de cada agricultor do Paraná.

Acho que foi uma grande conquista, porque só com este anúncio da CONAB, ontem no mercado já houve uma reação, e praticamente todos os agricultores estão conseguindo vender o seu feijão pelo preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal.

Agradeço, Sr. Presidente, esta oportunidade para fazer esta comunicação, como

também fizemos ao Ministro José Eduardo, uma solicitação que a CONAB também na próxima safra de milho, continue comprando milho dos pequenos produtores pelo preço mínimo, mas não 150 sacas de milho, mas no mínimo 250 sacas de cada pequeno agricultor deste Estado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Concede-me um aparte?

O SR. HERMAS BRANDÃO - Pois não, Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Gostaria, Deputado Hermas Brandão, Secretário Hermas Brandão, de cumprimentar V. Exa., porque tenho viajado, em região produtora de feijão, o Sudoeste do Paraná por exemplo, é uma região produtora de feijão, e na verdade a iniciativa do Ministério de adquirir 50 sacas de feijão, garantindo o preço mínimo para o pequeno agricultor, isso vai acabar regulamentando o preço de mercado, e tirando neste momento de dificuldade, pelo menos parcial, o problema da pequena propriedade.

Temos sérios problemas na agricultura, mas folgo a perceber que, cada vez, por menor que seja a medida, mas quando uma medida é tomada na agricultura em favor do pequeno, porque via-de-regra as grandes discussões só são em favor do grande produtor, quando a menor coisa venha em favor do pequeno produtor, somos obrigados a reconhecer e parabenizá-lo.

O SR. NEREU MOURA - Permite-me, Secretário?

O SR. HERMAS BRANDÃO - Pois não, Deputado Nereu.

O SR. NEREU MOURA - Quero somar-me ao Deputado Caíto Quintana, parabenizar Vossa Excelência, porque ainda ontem fizemos aqui na tribuna da Assembléia, fazendo eco ao grande grito que hoje existe no campo, sobretudo lá na nossa região, que é onde se produz feijão efetivamente, é o Vale do Rio Iguaçu, abrangendo as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. O feijão chegou a ser comercializado lá a doze reais a saca, uma vez que ninguém queria comprar o feijão, então o agricultor se viu na obrigação de entregar por aquilo que dessem a saca.

Este anúncio que o Senhor veio aqui trazer à Assembléia, se reveste de grande importância, porque efetivamente vai poder trazer um pouco mais de tranquilidade ao plantador de feijão, porque muitos plantadores de feijão, e Vossa Excelência tem conhecimento disso, já estão dando nesta colheita a última tacada. Se não conse-

guissem um bom preço pelo seu produto, com certeza iriam também sair da propriedade.

Então, resta-me agradecer a Vossa Excelência, e parabenizá-lo por esta conquista importante, e esperamos que efetivamente a CONAB, através do Banco do Brasil, libere os recursos para a aquisição da produção dos agricultores.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Nobre Deputado, gostaria de colocar mais uma vez que os recursos estão disponíveis a partir de ontem. Agora, temos que lutar, para que haja sempre uma decisão dessa, definitivamente, não a cada safra necessitemos lutar para buscar esse entendimento com a área federal.

Até nos facilitou agora nesta ocasião, pelo Ministro ser paranaense, que realmente reconheceu as dificuldades do setor. Mas, acho que o Governo Federal tem que ter uma determinação sempre que ocorrer preços abaixo dos preços mínimos estabelecidos, e entrar no mercado e dar a resposta ao pequeno produtor do País.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Deputado Hermas Brandão, o Senhor me concede um aparte?

O SR. HERMAS BRANDÃO - Sim, concedo, nobre Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Simplesmente para que esta Casa, que aqui temos ouvido algumas críticas ao Ministro José Eduardo, então o Deputado Caíto Quintana, o Deputado Annibelli, o Deputado Cartário, certamente outros Deputados, vamos apresentar um requerimento de voto de louvor a Sua Excelência o Ministro da Agricultura e a Vossa Excelência, porque demonstra como é importante para o nosso Estado do Paraná, ter um homem à altura do Ministério, como o Paraná tem, é o Ministro José Eduardo.

Porque não é justo que só críticas saiam daqui, é justo que seja reconhecido o trabalho honesto, o trabalho de uma envergadura tremenda. Vossa Excelência, inclusive à frente a Pasta da Agricultura já demonstrou isto aqui na nossa região, na região de Ricardo Chab, no Sítio Cercado.

Quando Vossa Excelência ali fez uma entrega fantástica de uma enormidade de galinhas, a um preço simbólico, aonde a população sentiu de perto a presença de uma Secretaria de Agricultura. Vossa Excelência está de parabéns, está de parabéns o nosso Ministro. Mas, mais do que parabéns ao nosso agricultor paranaense, que vai poder competir nesse mercado do MERCOSUL.

Muito obrigado.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Agradeço ao Deputa-

do Cartário.

O Sr. Jocelito Canto (Aparte) - Primeiro, gostaria de cumprimentar sobre o que se refere à sua excelente conquista do Paraná de todos nós e aproveitamos o que falou o Deputado Cartário, gostaria de saber quando é que vão as galinhas para Ponta Grossa. Vossa Excelência prometeu publicamente no rádio e todo o dia o pessoal pergunta: Onde estão as galinhas?

Para Vossa Excelência ter uma idéia, o Secretário Municipal de Ponta Grossa, envergonhado que ficou, mandou comprar 3 mil galinhas e vendeu a 50 centavos em Ponta Grossa. Quero saber das 30 mil galinhas a 20 centavos, que prometemos lá.

Obrigado.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Nobre Deputado Jocelito, realmente o problema de venda de galinhas, com galinhas por um real, foi um sucesso total. Temos hoje a solicitação de mais 200 municípios paranaenses, que aí vai o problema da galinha. Nesse praticamente não vamos ter, com certeza no início do ano estaremos lá em Ponta Grossa, no mínimo com 30 mil galinhas colocando à disposição da família de baixa renda daquele município.

Não só lá, mas em todos os municípios do Paraná. Agradeço, inclusive, ao Secretário do Município de Ponta Grossa, ter feito, mas deveria ter feito a vinte centavos por galinha.

Mas quero aproveitar a oportunidade que o Presidente me concede e meus caros colegas Deputados e transmitir uma mensagem de otimismo em relação à agricultura. Enquanto todos os Estados brasileiros, praticamente induziram a área de plantio, o Paraná manteve estabilizada a área de plantio. É importante, aumentamos a área plantada de soja, em torno de 200 mil hectares e estamos otimistas, porque antes se pensava, para a entrega em abril, a 16 dólares e 10 cents, esse preço alcançado na história da soja. O Paraná quis ser um grande produtor de soja, automaticamente estes benefícios do preço elevado da soja para o próximo ano.

Tenho certeza, que as horas mais difíceis do setor já passaram e vamos conseguir, mesmo tendo também o reconhecimento do Governo Federal. O setor da agricultura é muito importante. Agradeço a oportunidade, e posso falar para os meus colegas que estou com saudades desta Casa.

Obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada. Durante os trabalhos da Constituinte de 88, tivemos uma atuação intensa e sobretudo em determinados momentos ou de-

terminados assuntos, dentre os quais destacaria o capítulo da Seguridade Social, mais especificamente o capítulo "Da Previdência Social" e várias foram as razões que nos levaram, como constituintes, a nos debruçarmos sobre as questões previdenciárias submetidas à análise daquela Assembléia Nacional, primeiro, pela nossa história e pelo nosso passado.

Filho de pequeno agricultor, filho de homem aposentado através da aposentadoria do campo, aposentadoria rural, alguém que trilhou uma vida privada e pública, mas começando lá de baixo e alguém, evidentemente, que se forjou politicamente, convivendo com as diferentes camadas da sociedade, principalmente em momentos de grande ebulição social neste país e por estas razões, procuramos direcionar a nossa atuação na Assembléia Nacional Constituinte, para assuntos, para questões dessa natureza, especificamente em relação à política previdenciária no Brasil, e hoje estamos assistindo com muita inquietação, às notícias que diariamente cobrem este país de Norte a Sul, de Leste a Oeste em relação às possíveis alterações no texto constitucional, no capítulo "Da Previdência Social", e uma dessas preocupações, Senhor Presidente e nobres colegas, que nos toca profundamente, é a que fala da aposentadoria do trabalhador rural, eminente Deputado Toti Colaço.

Hoje as notícias dos principais jornais trazem com muita nitidez - e o Ministro da Previdência não tem desmentido essas notícias - que a proposta de reforma previdenciária vai mexer profundamente na vida dos trabalhadores rurais brasileiros.

A Constituição de 88 consagrou alguns benefícios para o homem do campo, benefícios que qualificaria de mais do que justos, dada a sua essência, dada a característica do trabalho duro do homem do campo. A aposentadoria do homem se dá aos 60 anos e da mulher, aos 55. É o que diz a Constituição de 88. O empregado rural se aposenta com base nos mesmos critérios do trabalhador da cidade, mas a forma de contribuição é diferente, porque ele paga, ele recolhe 2,3%, que é o antigo FUNRURAL, toda a vez que ele for comercializar a sua safra. Nós estamos preocupados, nobres colegas, com as notícias que vêm de Brasília, que nos dão a informação de que isso deverá ser mudado e a meu juízo, para pior.

Esta diferenciação de idade seria alterada e se unificaria uma idade, de 65 anos, quer para o homem, quer para a mulher. Consta aqui também na proposta do relator, Deputado Euler Ribeiro, que é do meu partido, diz também que a forma de contribuição vai ser profundamente alterada. Implantar-se-ia a partir da promulga-

ção da emenda o sistema de contribuição mensal e todos nós sabemos, Deputado Irineu Colombo, que o trabalhador rural não tem renda mensal, não é possível exigir do trabalhador o pagamento mensal da contribuição previdenciária porque ele não tem receita mensal.

Então questões como esta, nobres colegas, nos preocupam e o que é que a Assembléia Legislativa do Paraná pode fazer? Nós sabemos que objetivamente podemos fazer muito pouco. O poder objetivo de legislar uma matéria como esta nas mãos do Congresso Nacional e nós que passamos por lá, que conhecemos muito bem os mecanismos de funcionamento do Congresso Nacional ficamos de repente preocupados, porque as notícias que nos chegam é de que as coisas praticamente já estão acordadas entre Bancadas e Governo no que diz respeito a esta questão previdenciária.

E neste sentido eu queria fazer aqui um apelo à Assembléia do Paraná, sobretudo aos diferentes líderes de partido com assento nesta Casa e muito especialmente ao nosso querido Presidente Deputado Anibal Khury, esta Casa terá que enviar a cada líder de partido uma manifestação de preocupação contra estas reformas, sobretudo no que diz respeito à aposentadoria do homem do campo. Não é possível exigir do trabalhador rural os mesmos requisitos que se exige do trabalhador urbano e as razões aqui já coloquei e por isso mesmo não poderia deixar de registrar aqui esta preocupação. Sei que todos nós temos as nossas raízes voltadas para o interior do Estado e também aqui na Capital voltadas para o homem que aqui vive oriundo do campo do nosso Estado e nós não podemos de forma alguma ficarmos indiferentes, num momento como este.

A Assembléia está praticamente encerrando as atividades legislativas do ano de 95 e é exatamente a partir de agora que o Congresso já convocado para o período extraordinário e é exatamente em função destas reformas que nós não discutimos. Muitas delas nós entendemos como necessárias e apoiamos, mais especificamente esta que trata da aposentadoria do trabalhador rural e acho que nós aqui do Paraná enquanto representantes do povo, enquanto representantes dos trabalhadores rurais, porque todos nós recebemos o apoio dos trabalhadores rurais do nosso Estado, temos que pelo menos posicionarmos, até porque o Ministro da Agricultura é do nosso Estado, o Ministro da Previdência é do nosso Estado e por isso mesmo a nossa fala, a nossa voz, a nossa posição vai ter eco imediatamente nos Ministérios a que me referi e conseqüentemente, quem sabe, a gente pode ainda fazer alguma coisa para proteger, para fazer com que os direitos, conquistas

consagradas na Constituinte de 88, sejam mantidas por uma questão de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Orlando Pessuti, com a palavra.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, a nossa manifestação hoje será bastante breve, até porque o nosso amigo, Deputado Hermas Brandão, na condição de Secretário de Estado da Agricultura aqui já compareceu e prestou esclarecimentos a esta Casa com referência a medidas que estão sendo adotadas pelo Governo Federal e que interessam diretamente a nós os paranaenses, principalmente no que diz respeito ao feijão que está sendo colhido.

Quero, nesta oportunidade, na condição de Coordenador, Presidente do Bloco Agropecuário, de manifestar a nossa alegria, a nossa satisfação por poder estar acompanhando no dia-a-dia a ação do Secretário Hermas Brandão à frente da nossa importante Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

Ainda recentemente, no dia 17 de novembro e 18 de novembro quando estivemos percorrendo alguns municípios do Vale do Ivaí, do Vale do Piquiri tendo conosco a companhia do Deputado Miltinho Puppio, quando em Ivaiporã estivemos.

Naquela oportunidade o Secretário Hermas Brandão já nos antecipava esta sua ação junto ao Ministério da Agricultura, conduzindo também pelo nosso paranaense José Eduardo de Andrade Vieira de que naquele momento em que já se avizinhava um volume maior na colheita de feijão, todo o esforço estava sendo feito para que pelo menos 50 sacas de feijão pudessem ser adquiridas pelo Governo Federal de cada um dos pequenos produtores de forma a assegurar um mínimo de renda a essas pessoas neste primeiro momento da colheita da safra de feijão deste ano.

E todos nós, aqueles que temos um mínimo de vivência no meio rural, sabemos que no início da colheita é o momento mais crucial para o produtor, porque na grande maioria das vezes não recebeu ainda a parcela da colheita, do seu financiamento no banco e se obriga muitas vezes a entregar o seu produto a preços aviltados ou buscar recursos no banco ou no comércio ou mesmo em agiotas para cobrir as despesas de arranquio, enfim, de trilhagem deste feijão e posteriormente da entrega e venda desse produto.

Portanto, quero, em nome do Bloco Agropecuário da Assembléia cumprimentar o Secretário Hermas Brandão, porque sei do seu esforço pessoal, sei que é uma luta que não foi desenvolvida nesta semana, porque há mais de um mês estamos conver-

sando sobre este assunto e agora, recebemos esta boa notícia.

Também, na semana passada quando conversava com o Dr. Eugênio Stefanelo, que é Diretor da CONAB aqui no Estado do Paraná, ele também nos avisava e nos comunicava de que algum recurso já está sendo liberado para as operações de AGF e de EGF na comercialização do feijão. É bem verdade que os recursos que estão sendo colocados à disposição dos agricultores são recursos ainda muito aquém daquilo que se faz necessário para que possamos ter uma boa comercialização da safra, para que possamos ter realmente os produtores vendendo os seus produtos, pelo menos, pelo preço mínimo e assegurar ao produtor rural, principalmente ao pequeno produtor rural, um mínimo de rentabilidade.

Vejam que para o Estado ou melhor para o Brasil, na semana passada havia sido liberado 5 milhões de reais para a AGF e dois milhões de reais para a EGF e uma parcela significativa desses recursos estava carimbado evidentemente, para o Estado do Paraná, qualquer coisa ao redor de 40% desses recursos.

Mas, se nós fizermos as contas, nós vemos que com esses recursos dá para adquirir pouco mais de 280 mil sacas de feijão, feijão na faixa, vamos colocar um preço de 25 a saca, se você ver e fizer as contas, vai ver que esse dinheiro, 7 milhões de reais, dá para adquirir pouco mais de 280 mil sacas de feijão, que tenho certeza, é bem menos do que a safra que será colhida no município que junto com o Edson, junto com o Zucchi, com o Miltinho Puppio, nós representamos aqui na Assembléia que é o Município de Cândido de Abreu, um dos grandes produtores de feijão do Estado do Paraná.

Então, os recursos estão saindo, temos que realmente agradecer e cumprimentar as autoridades públicas federais, o Banco do Brasil por esses recursos, mas eles estão longe, longe, daquilo que precisa o nosso pequeno produtor, porque normalmente no Estado do Paraná, a grande maioria daqueles que produzem feijão, seja o feijão de cor, o carioquinha, o rosinha ou qualquer outro tipo de produto ou de feijão preto, são pequenos produtores, aqueles que ainda fazem o seu trabalho com o arado puxado a cavalo ou a boi ou pelo burro, é que faz o trabalho de tratos culturais com a enxada, que faz a colheita manual, quer dizer, é o pequeno produtor, é a agricultura familiar.

Então, temos que realmente buscar através dessas alternativas que nos anuncia o Secretário Hermas que 50 sacas de feijão de cada produtor será adquirida pela CONAB, isso já é um alívio nesse início de colheita.

Mas temos que lutar por mais recursos, principalmente para a AGF - Aquisição do Governo Federal, para que possamos dar aos produtores um alento maior nesta hora da comercialização da safra.

E também, nesse momento, registrar a satisfação pela outra notícia que o Secretário Hermas Brandão nos traz, da tentativa, do esforço que vem sendo feito através do Ministro José Eduardo, através da CONAB, lá em Brasília, que para orgulho nosso tem lá o ex-Deputado dirigindo também aquela entidade que é o nosso amigo Paulo Furiatti, de que estudos estão se desenvolvendo, para que na próxima safra agora, que começa daqui a uns meses a ser colhido o milho, ao invés de se adquirir apenas 150 sacas, se possa adquirir de cada produtor pelo menos 300 sacas, isso dará, sem sombra de dúvida, um alento maior aos produtores do Paraná e finalmente registrar a satisfação de termos entre nós dois dirigentes da OCEPAR - Organização das Cooperativas do Paraná, o Diretor daquela entidade o Dr. João Paulo e um dos vice-Presidente, ex-Presidente daquela entidade, Dr. Günther, Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, em lei aprovada por esta Casa de Leis, cujo Título já tivemos oportunidade de entregar.

Então, nossa satisfação de tê-los aqui conosco e eles estão aqui para justamente acompanhar a votação de um projeto de nossa autoria que visa dar à OCEPAR a condição de instituição de pesquisa oficial para uma série de atos que são necessários ser praticados em favor do desenvolvimento agropecuário do nosso Estado.

Ao João Paulo e ao Günther os nossos agradecimentos pela presença.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o nobre, ilustre, conspícuo, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Só gostaria de registrar, Sr. Presidente, a presença dos alunos da Escola Estadual Parque Júnior que nos visitam nesta tarde, visitam esta Casa e também a Capital do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado, devidamente.
Com a palavra Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pasmem os Senhores ao ler hoje a "Gazeta do Povo", perguntei: "Até tu, Brutus?" Eu o via com seu terno elegante, viajando nas aeronaves elegantes, um corte de cabelo - confesso que até não gosto,

mas é um direito que assiste a ele.

Aliás vou mais longe, entre ele e Mané Garrincha, eu sou Garrincha, e não sou racista não, não.

Sempre fui devoto de uma negra santa, nas horas dos piores momentos que passei com o meu neto.

Sou devoto de Aparecida.

Mas comecei a acompanhar, falei, esse moço uma hora diz que o Brasil não sabe votar. Depois aparece na televisão como um verdadeiro racista agredindo os brancos do meu país, dizendo que negro tem que votar em negro. Isso é racismo, Deputado. RACISMO.

E depois comecei a analisar os grandes artistas do país, da "Folha de São Paulo", do "Estado", da "Gazeta do Povo", da "Folha de Londrina", do Jornal "O Estado do Paraná", de todos os grandes jornais do país. Eu falei: "Este menino quer ser Presidente, ele quer ser Presidente, o Sr. Edson Arantes do Nascimento, conhecido como Pelé".

E hoje, Deputado Marquinhos Alves, pego a "Gazeta do Povo", um minuto, vou retroceder algumas semanas atrás, como esse país não tem vergonha na cara, como muita gente em Brasília tem que lavar a cara e tirar a máscara, e numa solenidade em São Paulo ele apareceu na televisão e disse: "O escândalo do bingo, Deputados envolvidos, arregados com os banqueiros do vídeo-pôquer e com o bingo". Eu até assustei, Deputado Edno, eu falei: "Ele tem toda a sabedoria, afinal de contas é Ministro do Esporte, vamos respeitá-lo, providências têm que ser tomadas Sr. Edson, os bandidos têm que ir para o presídio de segurança máxima que é o cemitério."

Hoje liguei a Brasília após ler a Gazeta, Deputado Toti, falando com um informante meu eu falei: "E daí, a Globo vai entrar na parada?" "Acho que sim, Alborghetti." "E o SBT, o Bóris?" "Ah, esse vai, porque não engole." "Todos vão entrar?" "Eu acho que sim." Hoje a Gazeta traz o depoimento do Deputado Eurico Miranda dizendo: "Se sou ladrão o Pelé também é."

Então, está na hora de mostrar o dossiê, ele também está arregado com os bicheiros do vídeo-pôquer no país.

Senhores, dá uma de moralista na televisão, na minha cara, e o Eurico que não tem papas na língua, foi Presidente do Vasco, falou: "O quê, malandro? Quer brincar? Então vamos brincar, eu sou ladrão mas você também é." Aí mostrou um catatau deste tamanho e falou: "Então vamos arre-bentar tudo, o Sr. também se arregou com a grana do bingo, o Sr. também foi buscar lá comigo." Mas que país é esse? Como disse o Deputado Jocelito, o Exército aqui em São Luiz do Purunã, Deputado, prendendo o meu sobrinho que também é muambeiro, vai lá

buscar muambinha para vender para faturar um grampo, um vento para o rango. Tem que buscar mesmo, está ganhando pouco, tem que se atracar, não sendo ladrão tudo bem, vai buscar lá duzentos, trezentinho, não está roubando. Se aqui é caro, lá é barato, o dia que esse povo daqui criar vergonha na cara e vender mais barato não vai precisar ninguém ir lá em Foz do Iguaçu, perdão, não em Foz, a terra do meu querido Sâmis, lá na minha querida Paraguai, lá em Assunção, onde tenho "mi coche" roubado lá também e não dá para ir buscar porque os homens me apagam. Tenho uns três lá, roubados, os meus levaram dois, levaram e deixaram lá e não tenho condições de ir buscar.

Olha meus Senhores, o Exército, de farda, com todo respeito, senão daqui a pouco os homens vêm me buscar aqui, com todo respeito, os homens estão prendendo os muambeiros, e os ladrões que estão em Brasília encastelados no terno de linho, de Hugo Boss, da alta costura internacional, roubando descaradamente, esses o Exército não está lá. Está lá? Estão sabendo de alguma prisão, houve alguma batida hoje em Brasília? Não estou sabendo se houve alguma batida em Brasília, houve em São Luiz do Purunã para pegar a dona-de-casa, a professora, como disse o Jocelito, Deputado Toti, a professorinha que ganha um salário de "merreca" neste país, para pegar o funcionário público que pega ali uns litrinhos de uísque, uns brinquedinhos para ganhar um dinheirinho.

Agora lá em Brasília, Deputado Augustinho Zucchi, está tudo em paz, tudo calmo, olhem lá a malandragem, tudo acertado; vamos devagar; vamos acertar; vem aqui embaixo; acerta aqui; está tudo bem. Tudo no escurinho.

Quem é que me garante que o Eurico, numa hora dessas, já não foi procurado de baixo da mesa: "olha aqui, é o seguinte, vamos acertar. Você tira esta página e põe esta página lá e está tudo bem." E à noite, tudo legal. Foi um erro de memória, me desculpe, Rei Pelé. E continua da mesma maneira, aqui é Brasil, Deputado Cartário. Continua tudo na mesma. É um esconde-esconde. Levanta e senta. Levanta e senta e tudo "numa boa".

Vamos aguardar amanhã as manchetes dos jornais, porque hoje, só para finalizar, me chamou a atenção também, a notícia estava escondidinha numa página do "1º Caderno": "Eurico vai denunciar o homem." E daí falei: "Que homem, meu Deus?" - Aí, procurei o homem. Aonde está o homem? O homem é o Ministro, o Ministro dos Esportes.

Pode um homem ir à televisão, Deputado Cartário, Deputado Joel, o Sr. que é Promotor Público e com muito orgulho defender o melhor Ministério Público deste país

que está no meu Paraná. O melhor Poder Judiciário está no meu Estado. O homem vai à televisão, dá um de moralista: "Precisamos acabar com o bingo. Temos que acabar."

Mas vocês sabem qual foi o "chuncho" da "parada"? O Pelé anunciou que ia acabar com a lei Zico. Quando ele falou que ia acabar com a Lei Zico, Deputado Albanor, foi uma correria, foi um desespero, porque está tudo afetado, Deputado Ricardo Chab.

Já encerro, Vossa Excelência me permita mais um pouquinho do seu tempo. Está todo mundo sentadinho, Deputado Chab. Está todo mundo beliscando e levando o "seu". Tem "grana", final de ano, Natal, o homem da barba branca, "reveillon", "champagne", praia, Búzios. Nem conheço, a minha mulher disse que fica lá para o lado do Rio de Janeiro.

Então, só queria dizer aos Senhores o seguinte: o professor, ganhando um salário de miséria. A professora, ganhando um salário de miséria. O funcionalismo público deste Estado e deste País está enterrado numa miséria desgraçada, infelizmente. Não existe merenda escolar. A saúde do povo, abandonada.

Ontem, a Deputada Irondi, isso que me magoa, me dói. Ela sobe aqui na tribuna, faz um pronunciamento da alma. Sentia que ela estava com o coração chorando, sangrando, lutando pelas mulheres. E não saiu uma nota sequer, meu Deus do céu. Não saiu nada! Nada!

Pelo amor de Deus, Presidente, vamos repensar essa emenda que este Deputado quer adentrar na Constituição, para rasgar a Constituição na frente das mulheres brasileiras.

Então, só quero dizer o seguinte: ou você endireita este país no voto, prestem atenção, assino em baixo, o meu nome é Alborghetti, pode falar o que quiser de mim, ou você endireita este país no voto, ou na bala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado João Techy Filho.

O SR. JOÃO TECCHY - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, quero parabenizar o Secretário Hermas Brandão, que através do Ministro está dando essa condição boa, para a produção agrícola dos agricultores, pois a base principal da nossa região é o feijão. E o feijão estando num preço muito baixo, doze, quinze reais, realmente não para eles conseguir uma subsistência, logicamente vai ter muita dificuldade, mas com esse preço melhorado, acredito que vai ser muito bom e a gente o quanto antes vai avisá-los que já poderão ter um preço me-

lhor para o seu produto.

Como alternativa, a região produz mel e derivados, estou com o projeto em 3.^a Discussão, apenas para salientar, já passou em duas discussões e essa questão de que este ano os apicultores vão produzir provavelmente 20% da produção do ano passado, que não foi tão boa, e esse ano piorou bastante devido o contratempo e além do contratempo, também existe o problema que já é no mundo inteiro, aonde já se produz mel e já sabemos de focos de infecção pelo Bacilos de Larvi, é uma bactéria que atinge as colméias e já houve até uma manifestação aqui mesmo no Brasil que já existem focos dessa infecção.

O que o projeto diz é que teria de ser feito aquisições de produtos importados, usados, mediante um certificado para que nossas produções, nossos apiários não sejam atingidos por essa bactéria, pois não existe um antibiótico próprio e até hoje os nossos produtores, principalmente na minha região, Prudentópolis, que são 1.500 pequenos produtores e que têm como alternativa a produção dos apiários, então para eles já é uma vantagem e além disso eles terão de gastar futuramente com outros defensivos que vai encarecer muito o produto.

O nosso mel é um mel natural, de boa qualidade e que devemos preservar dessa forma mediante esse certificado de produtos de apicultores, provindos de regiões como já existe aqui na região do MERCOSUL na Argentina, já há infecção por esse tipo de bactéria.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço, no Grande Expediente.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Gostaria primeiramente, de também deixar registrado aqui os meus cumprimentos ao Secretário da Agricultura Hermas Brandão e extensivo, evidentemente ao Senhor Ministro, pela decisão de adquirir o feijão em até 50 sacas do pequeno produtor rural. Tendo em vista que a nossa região, minha e do Deputado Tecchy, ela é composta de pequenos agricultores, isso vem ajudar e muito a safra que se aproxima.

Gostaria também de cumprimentar o Deputado José Tavares pelo assunto abordado em seu pronunciamento nesta tarde, aqui desta tribuna. O alerta que fazia é muito importante para todos nós. E tive o cuidado de acompanhar também pela imprensa e quero aqui fazer um apelo ao meu Líder, Deputado Caíto Quintana, para que ele, imediatamente, nesta mesma sessão, ao final desta sessão, envie um fax em nome da

Bancada do PMDB a Brasília, muito especialmente ao Deputado relator Euler Ribeiro, da Bancada do PMDB. Porque na verdade ele como relator está procurando alterar esses dispositivos constitucionais.

Não é pelo fato de ser do PMDB que não vou contestar este relator, esta emenda que ele está colocando e que vem prejudicar mais ainda os trabalhadores rurais, os nossos pequenos agricultores quando chegam na época de se aposentar.

Gostaria, Deputado Tavares de cumprimentar ainda a respeito das aposentadorias da área rural.

Quando o Ministro da Previdência esteve aqui nesta Casa, tivemos a oportunidade de questioná-lo sobre muitos assuntos. Passados alguns meses, recebemos pela imprensa a notícia de que o trabalhador rural daquele momento em diante requeria a sua aposentadoria com a maior facilidade, sem problema nenhum.

Grande engano, grande engodo, na verdade o trabalhador rural é bóia-fria, complicou mais ainda a vida do cidadão para se aposentar com a última medida. Isto porque o agricultor, o pequeno agricultor que serve de testemunha, que traz uma declaração ao trabalhador rural, ele está sujeito a receber uma fiscalização do Instituto Nacional de Seguridade Social de ser cassado o seu especial que é o regime familiar. Além do que, ainda está sujeito a ser punido e se submeter a recolher a previdência, as obrigações previdenciárias pelo tempo, se for um mês, dois meses, três meses, que o trabalhador rural trabalhou em sua propriedade.

Mas um outro assunto também que vem prejudicando, são as pessoas idosas. Tenho escritório lá na Cidade de Irati, e que atende a região e tenho equipe que semanalmente, os trabalhadores rurais, as pessoas buscam a sua aposentadoria de uma forma ou de outra.

Mas as pessoas idosas fazem parte daquelas pessoas que completaram 50 anos de idade e têm direito a receber um salário-mínimo, desde que não tenha renda nenhuma. Acontece, porém, uma cidadã, esposa de um agricultor, que já tem 70, 71, 72 ou 74, até 80 anos de idade, foi o que foi denunciado na ocasião aqui, para o próprio Ministro, também não consegue pegar a sua renda vitalícia. Por quê? Porque exatamente ela possui 2, 3, 4 ou 5 alqueires de terra e segundo a visão, segundo o entendimento dos agentes da Previdência Social do nosso Estado, a pessoa não pode ter um palmo de terra sequer, porque se ela tem 5 alqueires ou 10, ela tem condições de sobreviver.

Então a pessoa que tem 70 anos de idade pode trabalhar na lavoura? Tem condições de exercer a sua atividade agrícola?

Se a pessoa tem 5, 10 alqueires de terra não tem trator é no braço mesmo, é no cabo da enxada.

No entanto, aí esbarra-se, porque não se aposenta essa mulher com 70, 72, 75 anos de idade? É mais um empecilho colocado pela Previdência Social.

Então, quero deixar registrado aqui também a minha contestação, a minha preocupação, e é bom que as Lideranças nossas que têm ligação com Ministro da Previdência Social possam interferir, possam sugerir a ele que interfira em favor do trabalhador rural, em favor do pequeno agricultor, não dificultando cada vez mais a sua situação. E é nossa linha do PMDB, está colocado aqui, enviar os documentos ao Relator Enio Ribeiro, imediatamente, em nome da Bancada do PMDB aqui do Paraná.

Dito isto, gostaria também de deixar registrado aqui nessa Casa, uma carta, melhor dizendo um ofício que foi endereçado a S. Exa. o Governador do Estado Jaime Lerner. E ele vem da Associação dos Municípios do Médio Paranapanema. E quero tomar a liberdade de ler esta carta endereçada ao Governador porque ela retrata fielmente o que vem acontecendo nos municípios paranaenses.

(Lê):

"Londrina, 10 de dezembro de 1995.
Senhor Governador.

Os municípios pedem socorro.

A escassez de recursos coloca numa situação agonizante neste final de ano.

Por isso solicitamos vossa ajuda.

Sabemos que V.Exa. também não dispõe de recursos financeiros para tanto, assim sendo solicitamos:

Uma linha de financiamento especial, via BANESTADO, com juros facilitados, correspondente à arrecadação de um mês de ICMS dos municípios (ou pelo menos o equivalente ao 13º salário, nos municípios menores), pagável em 24 meses, tendo nossa receita como garantia.

Governador, não queremos este dinheiro de graça, queremos pagar por ele, Reivindicamos pagar por ele aquilo que o BANESTADO paga por nossas receitas, quando elas ficam momentaneamente aplicadas naquele Banco.

Nossa situação é muito difícil, Governador.

E entendemos que nem nós e nem V.Exa. temos culpa dessa realidade que nos toca enfrentar.

Ela decorre de fatos à margem de nosso controle, tais, como:

a) 42% de aumento no salário-mínimo em maio, que fez as folhas de pagamento crescerem, num momento em que as receitas decresciam em relação ao final do ano.

b) Repasse aos municípios de ativida-

des que sempre foram dos Estados ou da União.

Para que o povo não ficasse desassistido, tivemos de assumir hospitais locais, construir unidades de saúde, contratar médicos, dentistas e outros profissionais, comprar remédios de laboratórios particulares, (pois o que vem das estatais não resolve a demanda), etc.. Não existe município hoje que invista menos de 10% dos recursos próprios nesta área.

Isto sem falar na Educação (com as escolas municipalizadas, transporte escolar, salários e manutenção das escolas) e a assistência social.

c) A própria estabilização rápida da economia trouxe a nu a existência de um crônico déficit financeiro das administrações municipais, (assim como nas estaduais e federal), que antes era mascarado e absorvido pela inflação.

d) Fomos obrigados a pagar dívidas antigas de nossas prefeituras como o INSS e o FGTS, que consomem cerca de 13% de nossas receitas transferidas, todo santo mês.

Além do mais ressalte-se as mudanças que bateram de frente com nossos mandatos: três Presidentes da República (quando entramos, o Collor estava saindo), três Governadores diferentes, três moedas (Cruzeiro, Cruzeiro Real e Real, intercalados pela URV que foi "moeda intermediária"), etc..

E, com tudo isto, Governador, ainda tem gente que nos chama de incompetentes...

Porém, com sabemos que este não é o vosso pensamento, é que recorremos à V.Exa.

Por favor nos ajude.

Com isso, V.Exa. estará dando fôlego fundamental às Prefeituras e beneficiando ao povo paranaense que vive e mora nos municípios.

Contamos com vossa ajuda.

Atenciosamente.

(aa) P/Prefeitos da AMEPAR

GILBERTO BERGUIO MARTIN

Presidente

O Sr. Orlando Pessuti - Concede-me um aparte, Deputado Toti Colaço?

O SR. TOTI COLAÇO - Concedo um aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Toti Colaço, quero cumprimentar Vossa Excelência pela oportunidade que traz à discussão a esta Assembléia, a manifestação dos prefeitos municipais do Estado do Paraná. Este ato, evidentemente representado por todos os prefeitos, pela Associação dos Municípios do Paraná, e também porque não dizer, pelos presidentes de cada asso-

ciação microrregional. Nós temos acompanhado o trabalho de Vossa Excelência aqui na Assembléia, e tivemos a oportunidade também de acompanhar o vosso trabalho como Prefeito Municipal de Irati, sabemos perfeitamente porque estamos devidamente entrosados e atuando junto com Vossa Excelência nas questões municipalistas nesta Casa, sabemos perfeitamente o grau de dificuldade que vivem os municípios, não só do Paraná, mas do Brasil como um todo. Isso não é privilégio apenas dos municípios, mas estamos aí com a crise no setor agropecuário, como eu disse, temos aqui dois diretores de cooperativas, sabemos as dificuldades que elas estão enfrentando, e que estão elas, a exemplo dos municípios, no aguardo da liberação do tal financiamento cotas-partes, estão aguardando a securitização das suas dívidas e de produtores. E tudo isso é reflexo de uma situação que se implantou na país ao longo de muitos e muitos anos. Os efeitos em cima de erros praticados no passado estão agora nesta atual administração dos prefeitos municipais, tendo o reflexo pesado no dia-a-dia dessas prefeituras, levando, algumas delas inclusive, a quase total insolvência.

É necessário que numa hora dessas o Governo do Estado tenha a sensibilidade, como em outras oportunidades teve o Governo do Estado do Paraná, para atender, para analisar com especial interesse essas propostas, esses reclamos dos prefeitos municipais, no sentido de acharmos um caminho.

Estamos vendo que o Governo Federal coloca hoje à disposição de diversos Estados, recursos financiados com prazos compatíveis, com juros compatíveis, e evidentemente o Paraná disse que não irá buscar esses recursos, porque deles não precisa.

Semana passada recebi um ofício do Prefeito de Cascavel, que me solicitava que eu interferisse junto ao Governo do Estado, e estamos oficiando, para que o Governo buscasse esse recurso que está sendo ofertado pelo Governo Federal, e que os repassasse aos municípios nas mesmas condições que o Governo Federal passou ao Estado, para que os prefeitos pudessem fazer frente às despesas emergenciais de folha de pagamento normal e de 13º salário até porque, muitos encontram-se em dificuldades para honrar estes compromissos, até porque têm créditos, pendentes de convênios assinados pelo Estado e com o Governo Federal.

Até é uma das razões que faz com que a Assembléia Legislativa esteja discutindo neste momento, votando, esta questão ligada de que 90% dos recursos disponíveis das Autarquias possam ir para o Tesouro, para o Caixa Único do Estado, para que ele pos-

sa evidentemente, ajudar os municípios. Então as dificuldades dos municípios são conhecidas, todos nós sabemos que a responsabilidade por essas dificuldades não decorre da gestão exclusiva desses prefeitos. São dívidas de anos e anos, que ficam, seja de Fundo de Garantia, PIS, PASEP, ISS, Projeto Cura, e tantas outras coisas do passado foram desenvolvidas pelas Prefeituras e o pagamento se faz necessário.

Por essa razão eu me somo a Vossa Excelência, na defesa dos municípios do Paraná do grande, do médio e do pequeno município, porque todos estão em dificuldade. Talvez o Estado do Paraná ainda seja esta "Ilha da Maravilha", que não tem o grau de dificuldade que apresenta hoje o Estado de São Paulo, a maior economia deste País.

Mas é necessário que o Governo do Estado, seja através dos empréstimos do Governo Federal, seja através de uma antecipação de receita orçamentária, seja através de recursos a fundo perdido, que ele evidentemente ajude os municípios nesse momento em que estamos próximos do final do ano, e que eles precisam se preparar para o ano que vem.

O Sr. Geraldo Cartário (Aparte) - Deputado

Toti, estou recebendo agora aqui, precisamente que a Assembléia nos entrega, um pedido de informação da situação dos municípios do Estado, precisamente, junto à COPEL. Pedidos não atendidos numa delegação de residenciais e comerciais e agora nós vamos fazer um levantamento realmente da população do Estado município por município, porque a maior referência hoje não é o IBGE mas sim a COPEL. E lamentavelmente Deputado Toti, e Vossa Excelência sabe o apreço que tenho da sua liderança, do seu trabalho em prol de resolver os problemas dos municípios, mas eu acho que os Prefeitos estão cometendo alguns erros.

Entre eles, tanto Vossa Excelência como Presidente do Bloco Municipalista, como eu, como Presidente de uma Comissão Especial, inclusive o Deputado Colombo, também solicito que os municípios enviassem a esta Casa de Leis, todas as obras conveniadas, iniciadas, paralisadas e algumas inclusive praticamente extintas.

Os prefeitos, até agora, já fazem mais de 90 dias, eu não recebi apenas uma resposta de uma prefeitura. A Assembléia não recebeu, isso demonstra que os prefeitos de um momento para o outro, já pensando na sua saída, porque o ano que vem, é o último ano de sua administração, estão única e exclusivamente, preocupados com o número para pagar o 13º. Com justa razão. Mas acho que estão se perdendo. Porque o

que precisava, é que os prefeitos encaminhassem a Assembléia o quanto o Estado lhes deve. Isso nós não sabemos. Porque esse projeto criando Caixa Única, nós poderíamos até evitar, esse Caixa Única, se tivéssemos conhecimento da realidade do indiciamento que o Estado tem com os municípios. Os prefeitos não nos mandaram, não sabemos, só sabemos, pelos jornais que as Prefeituras estão em falência. Mas porquê falência?

Sempre falei que Prefeitura jamais será falida. Por esse motivo, é que a minha preocupação é muito grande, em tudo que tem sido advogado, como uma das prefeituras, falta de coerência das prefeituras demonstrar a realidade. Porque o Governo do Estado, o Governador assumiu um compromisso não de pagar o 13º salário, mas tudo que a prefeitura tem para receber. Todos os contratos conveniados, neste exercício de 1995. O Estado pagaria e eu sei que quase todos os municípios têm dinheiro para receber do Estado.

Então, tínhamos que nos unir aqui dentro da Assembléia e cobrar ainda nesta semana ou na semana que vem, uma posição do governo, para que o governo cumpra o contrato assumido com as prefeituras e aí nós estaremos ajudando, porque da forma como a Associação dos Municípios vem agindo, somente falando em 13º, dá a impressão que estão mendigando, que estão pedindo uma esmola para pagar os funcionários e na verdade não é isso. O que os prefeitos querem, o que nós queremos é que haja o cumprimento da lei.

O SR. TOTI COLAÇO - Obrigado pelo aparte, Deputados Geraldo e Orlando Pessuti.

É bom ressaltar. Pode haver algumas falhas, não vamos dizer que todos estejam corretos, mas o que eu queria na verdade deixar claro aqui e o que pude observar hoje pela manhã, na Associação dos Municípios do Paraná, com a presença dos presidentes das microrregiões, pude ver um quadro que há muito tempo eu não via, um quadro triste, Deputado Cartário. Prefeitos já no seu segundo mandato, alguns com seu terceiro mandato de prefeito, tristes, acabrunhados, totalmente desalentados, e é bom que se registre aqui e que a liderança do governo, o pessoal que está ligado com o governador Jaime Lerner, possa levar a ele esta preocupação.

Não estou tecendo nenhuma crítica aqui, por enquanto. Estou apenas dizendo e retratando o que estou vendo e o que está acontecendo com os prefeitos no Estado do Paraná. O que eles querem? Eles querem aquilo que o Deputado Cartário falou há poucos instantes: que se paguem os convênios assinados, as obras já realizadas, aquilo que foi amplamente discutido na se-

mana passada aqui neste Plenário, nesta tribuna. Eles querem que pague aquilo que já foi executado, que já é uma solução, pelo menos. Resolve 50% dos problemas das atuais administrações municipais. Com relação a recursos para o caixa do 13º o que estão pedindo aqui neste documento, nesta carta, nesse desabafo que foi feito através da AMEPAR ao governador, estão pedindo uma linha de crédito, através do BANESTADO. É um empréstimo que eles estão solicitando, para que o governador abra, através do BANESTADO, uma linha de crédito para que seja pago, senão em 24 meses, mas que seja pago dentro do seu próprio mandato, já se estaria achando uma solução para as atuais administrações.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica registrada a nossa preocupação com a atual situação dos municípios do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Élio Rusch, do PFL.

O SR. ÉLIO RUSCH - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores que nos honram com vossa presença e em especial o prefeito João Natálio Stein e José Roberto Mazucatto, Superintendente do SEMA da região Oeste.

Sr. Presidente, o que nos faz ocupar o espaço do nosso partido na Sessão de hoje, se refere a uma denúncia fundamentada em documentos. O governo do Paraná tem implantado o saneamento rural. Diversos poços artesianos foram perfurados, alguns implantados e outros não concretizados. Na região Oeste do Estado, a qual nós representamos, mais precisamente o Município de Marechal Cândido Rondon, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foram perfurados diversos poços em uma localidade, chamada Linha Ajuricaba no Município de Marechal Cândido Rondon, o poço artesiano foi furado em 1992 na administração do Governo Municipal passado; o projeto teve a sua conclusão no mesmo ano.

Tomamos conhecimento e ainda no Governo passado, em 1992 e 1993, pedíamos à SANEPAR para que viesse liberar os canos para a implantação desse projeto.

Fomos informados há muitos meses, que a liberação desse equipamento, efetivamente havia acontecido, mas nunca recebemos de forma oficial, apenas informações oficiais e agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, inconformados com essa posição e fazemos questão que fique registrado nos Anais, eu até acredito, Sr. Presidente, a necessidade da formação de uma Comissão Especial da Assembléia Legislativa, para apurar esses fatos. No dia 5 de dezembro deste ano, Sr. Presidente, nós enviamos um

ofício para o Presidente da SANEPAR. Nós apenas vamos ler o que interessa, o que solicitamos.

1º item: Se houve a perfuração de poço, em que período foi feita essa perfuração.

2º item: Material, se houve liberação, informar em que data ocorreu e por quem foi retirado.

Recebemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no dia 7 de dezembro Ofício número 1745/95 que diz na sua íntegra o seguinte:

(LE):

"SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná.

DP 1745/95

Curitiba, 07 de dezembro de 1995.

Excelentíssimo Senhor

Deputado Élio Lino Rusch

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital

Senhor Deputado.

Acusamos o recebimento do Ofício nº 839/95, datado de 5 de dezembro de 1995, através do qual Vossa Excelência solicita informações referentes à localidade de Linha Ajuricaba, no município de Marechal Cândido Rondon.

Informamos que o poço tubular profundo foi perfurado em agosto de 1992 e em dezembro do mesmo ano, foi concluído o projeto de engenharia.

Até a presente data, não foi programada a execução da obra, embora em setembro de 1993 a SANEPAR tenha liberado 7.830,00 metros de tubos de PVC DN 40 e 2.052,00 metros de tubos de PVC DN 50. Este material foi recebido em 09 de setembro de 1993 pelo Sr. Dante Roque Tonèzer, funcionário da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos, renovamos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

(a) CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS
Diretor-Presidente"

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a comunidade de Linha Ajuricaba, até hoje não recebeu notícia nenhuma da liberação desses canos. Aonde é que ficaram esses canos? Será que esses canos foram distribuídos na campanha eleitoral para determinadas pessoas ou não? Como é que o Prefeito de Marechal Cândido Rondon não comunica à sua comunidade? E se faltam canos, por quê o Prefeito de Marechal Cândido Rondon, não implanta esses canos? Mais de 10 quilômetros que foram liberados pela SANEPAR, ou será que esses canos não chegaram a Prefeitura? Os documentos estão aí, fizemos essa denúncia e queremos saber

a verdade, porque é mais do que uma carga de caminhão, Deputado Alborghetti, que foram liberados pelo Estado e diz que foi recebido pela Prefeitura do meu Município e a sua comunidade está tomando água contaminada, por negligência, por incompetência do Prefeito.

Me reservo o direito até de dizer porque, porque na eleição de 92, quando o Prefeito foi eleito, obteve nessa urna 33 votos e o nosso candidato obteve 156 votos, esse Deputado teve 131 votos, outro candidato a Deputado que era apoiado pelo Prefeito obteve 49 votos, será que não está confirmado uma perseguição?

É isso que o Paraná quer, é com isso que não podemos concordar, e as denúncias comprovadas e infundadas devem ser denunciadas, estão aqui os documentos, vamos a fundo, queremos saber aonde é que estão os canos, queremos saber se realmente chegou ao nosso município e se chegou, cabe à responsabilidade do Prefeito, cabe à Lei, cabe à Câmara Municipal e seus vereadores tomar as providências, e caso não tenha chegado, temos que apurar, e não sei se os trabalhos, a conclusão da CPI da SANEPAR já foram concluídos.

E aqui está mais um documento que devia ser anexado, estes fatos devem ser esclarecidos, porque somos para o Paraná, o governo é um Governo Paraná, o Prefeito Osmar Bier é o Prefeito de Marechal Cândido Rondon, e não é Prefeito do PMDB, deve atender a todas as comunidades, indistintamente.

Me desculpe, Senhor Deputado, desculpe, Senhor Presidente, mas não podemos admitir calados há mais de dois anos liberação de mais de 10 Km de canos, e a sua comunidade sofre por não ter recebido ainda a água do saneamento rural.

Vamos às últimas consequências, vamos apurar os fatos, Senhor Presidente, só para concluir: é com isso que não podemos conceber.

Agradeço a todos os Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando diminuição de interstício para a realização de Sessão Extraordinária, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n.ºs. 499, 525 e 526/95, itens n.ºs. 15, 18 e 19, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

O SR. CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queria, de acordo com o Artigo 162, que o Senhor fizesse uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agora já foi votado, V.Exa. pode pedir no outro...

A Mesa adverte aos Senhores Deputados que compareceram a Sessão de hoje, que ao sair, vai se conceder o desconto que está faltando.

3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 285/95. Apreciar neste turno Emenda Aprovada em 2.ª Discussão.

Aliás, Deputado Romanelli me deixa nervoso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - V.Exa. é incapaz de ficar nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Na ordem das preferências.

ITEM 15

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 499/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 082/95 que aprova a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.798.480,00 (Um milhão, setecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e oitenta reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. (Publ. no D.A. n.º 167, de 27.11.95, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 499/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 1.798.480,00

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza legal, regimental ou constitucional para a tramitação da proposição nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 499/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, no valor de R\$ 1.798.480,00

Sobre a matéria já existe parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças não encontrou nenhum óbice para a tramitação da proposição em tela.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, de acordo com o Artigo 162, requeiro à augusta Presidência, verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal.

É procedida a chamada nominal.

Responderam à chamada nominal trinta Senhores Deputados.

1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 499/95. **Aprovado.**

ITEM 18

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 525/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 086/95 que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.375.000,00 (Um milhão trezentos e setenta e cinco mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n.º 177, de 06.12.95, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 525/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 086/95, tem por objetivo aprovar crédito suplementar no valor de R\$ 1.375.000,00 (Um milhão,

trezentos e setenta e cinco mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, conforme específica.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 525/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, no valor de R\$ 1.375.000,00.

Sobre a matéria já existe parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças não encontrou nenhum óbice para a tramitação da proposição em tela.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 526/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 085/95, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 177, de 06.12.95 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 526/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 085/95, tem por objetivo aprovar crédito suplementar no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, conforme específica.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 526/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, no valor de R\$ 800.000,00.

Sobre a matéria já existe parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças não encontrou nenhum óbice para a tramitação da proposição em tela.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

Passaremos o restante da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 285/95, de autoria do Deputado João Techy Filho, que dispõe sobre a obrigatoriedade da emissão de certificado de isenção de esporos de bacillus larvae na importação de produtos e equipamentos apícolas. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.A.I.C.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 421/95, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que cria o Município de Bom Jesus do Sul, desmembrado do Município de Barracão. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 540/95, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que cria o Município de Esperança Nova, desmembrado do Município de Pérola. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 052/95, de autoria do Deputado Toti Colaço, que altera o art. 1° da Resolução n° 012/95, conforme específica (Município de Fernandes Pinheiro). PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 012/95, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a AMECAM - Associação dos Meninos de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado (Publ. no D.A. nº 06, de 20.02.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 012/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a AMECAM - Associação dos Meninos de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Uma vez que nos foram enviadas as informações solicitadas pelo Relator, quando converteu o projeto em diligência, está Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou, analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, equipara a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR a Órgão especial de pesquisa. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E.. Substitutivo Geral da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 67, de 12.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 216/95

P A R E C E R:

Visa o presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, equiparar a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR a órgão oficial de pesquisa, para os efeitos do disposto na alínea "c" do § 3º do artigo 1º da Lei 7.827 de 29 de dezembro de 1983.

A Lei 7.827/83, em seu artigo 1º, § 3º "c", dispõe que a indústria importadora, produtora ou manipuladora de agrotóxicos ou biocidas, postulantes do cadastramento perante a Secretaria de Agricultura e Secretaria do Interior "apresentará, obrigatoriamente, ao cadastrá-lo, cópia do relatório da Instituição Oficial de Pesquisa que desenvolveu os ensaios de campo para as indicações de uso e doses recomendadas

por cultura do produto registrado no Ministério da Agricultura...".

O presente projeto de lei pretende equiparar, ou seja, igualar a OCEPAR a órgão oficial de pesquisa.

É o relatório.

PARECER:

Embora seja procedente a preocupação do nobre Deputado em credenciar a OCEPAR como órgão oficial de pesquisa, e em que pese ser a OCEPAR entidade declarada de utilidade pública e de reconhecida idoneidade técnica, não encontramos embasamento legal para o presente projeto de lei.

Encontramos, sim, um óbice constitucional à sua normal tramitação.

A Constituição Estadual dispõe:

Art. 87 - Compete privativamente ao Governador:

...

XVII - celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, na forma desta Constituição.

Art. 54 - Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

...

XXI - autorizar convênios a serem celebrados pelo Governador do Estado, com entidades de direito público ou privado e ratificar os que, por motivos de urgência e de relevante interesse público, forem efetivados sem essa autorização, desde que encaminhados à Assembléia Legislativa, nos noventa dias subsequentes à sua celebração.

O projeto deveria ser no sentido de autorizar o Governo do Estado a celebrar convênio com a OCEPAR, para que esta atue como órgão oficial de pesquisa. Desta forma, o convênio pode facilmente ser cancelado a qualquer momento, de acordo com a conveniência administrativa do Estado, ao passo que a revogação de uma lei ensejaria maiores dificuldades.

O parecer é, portanto, favorável de acordo com a emenda a ele apresentada, que transforma-o em projeto autorizatório.

Sala das Comissões, 10.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDGARD BUENO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI Nº 216/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei equipara a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR a órgão de pesquisa.

Entendemos que a OCEPAR, por mais que seja reconhecida a sua atuação, não compete a ela como entidade, atuar no campo dos órgãos oficiais de pesquisa, pois as suas atribuições voltam-se para os interesses de seus associados.

Curitiba, terça, em 12.12.95

Neste sentido apoiamos a emenda substitutiva geral do Projeto de Lei nº 216/95 de autoria do Deputado Edgard Bueno.

Nosso parecer é contrário ao projeto e favorável ao substitutivo.

Sala das Comissões, em 01.12.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 216/95**

O Projeto de Lei nº 216/95 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica o Governo do Estado, de acordo com os arts. 87, XVII e 54, "c" do § 3º do artigo 1º da Lei 7.827 de 29.12.93, autorizado a celebrar convênio com a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, para que esta possa atuar como entidade oficial de pesquisa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.95.

(a) EDGARD BUENO

Será encaminhado à Comissão de Agricultura.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/95, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que isenta os servidores inativos, com mais de 70 (setenta) anos de idade, da contribuição ao Instituto de Previdência do Estado do Paraná. (I.P.E.). PARECER CONTRÁRIO da C.C.J. e PARECER FAVORÁVEL C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 79, de 27.06.95).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 255/95**

P A R E C E R:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Antonio Annibelli, visa isentar os servidores inativos, com mais de 70 (setenta) anos de idade, da contribuição ao Instituto de Previdência do Estado do Paraná - IPE.

Inobstante o relevante valor social do referido projeto, cabe aqui analisá-lo separada e detalhadamente.

I - Da Competência.

Determina o artigo 66, inciso II da Constituição Estadual:

"Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que dispõem sobre:

I - ...

II - servidores públicos do Poder Exe-

cutivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria,..."

Note-se, portanto, que o Legislativo não tem competência para criar leis relativas aos funcionários públicos, não importando qual seja a matéria, pois a competência privativa é do Chefe do Executivo.

II - Do mérito

A Lei nº 10.219 de 21 de dezembro de 1.992, que dispõe sobre a Previdência Social, estabelece em seu artigo 49, "caput", o seguinte

"Art. 49 - A contribuição dos segurados ativos e inativos e dos pensionistas,..."

A supracitada lei não faz distinção alguma entre seus contribuintes, estabelecendo a mesma contribuição para todos, ativos ou não.

Desta forma, o presente projeto de lei, embora possua em seu bojo incontestável caráter social, pois visa atender uma parcela da população - os idosos - profundamente renegada e desrespeitada, não pode ter sua tramitação normal nesta Casa, pois apresenta característica de inconstitucionalidade e ilegalidade em sua essência.

Assim, nosso parecer é contrário ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 255/95**

P A R E C E R:

O projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Annibelli visa isentar os servidores inativos, com mais de 70 (setenta) anos de idade da contribuição ao Instituto de Previdência do Estado do Paraná - IPE.

Esta relatoria, para melhor embasar seu parecer, enviou expediente à Superintendência do Instituto de Previdência do Estado do Paraná - IPE, solicitando posicionamento referente à matéria em pauta.

Após análise do posicionamento daquele instituto, constatamos:

I - O recolhimento da contribuição é efetuado pelo Estado e não pelo referido instituto, que, de acordo ainda com a Lei nº 10.219/92, deve receber recursos da ordem de 2% (dois por cento) dos valores creditados em folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, para custeio de atividades médico-hospitais;

II - O recolhimento efetuado pelo Estado está de acordo com o artigo 1º da Lei nº 10.464/93.

Art. 1º - Fica extinto o Fundo de Previdência do Estado, criado pelo Art. 3º,

da Lei 10.219, de 21 de dezembro de 1992, arcando o Tesouro do Estado com todos os benefícios estabelecidos na referida lei.

III - O presente projeto após aprovado e sancionado, beneficiará de imediato o número de 11.241 (onze mil duzentos e quarenta e uma pessoas), incluídas na faixa dos inativos e pensionistas com mais de 70 anos de idade (Dados CELEPAR).

IV - Caso no "futuro" haja isenção de criação de um fundo previdenciário para o servidor público, deverão ser desenvolvidos novos estudos para estabelecer a taxa de contribuição, podendo haver ou não a necessidade de revogação desta proposta.

Com base nestas informações, esta Comissão posiciona-se favoravelmente à aprovação e a normal tramitação da matéria em tela, cumprindo o disposto no artigo 33, § 3º, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.10.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/95, de autoria do Deputado Toti Colaço, que cria o Município de Fernandes Pinheiro, desmembrado de Teixeira Soares, conforme específica. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 81, de 28.06.95.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 261/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, tem por objetivo criar o Município de Fernandes Pinheiro, desmembrando-o do Município de Teixeira Soares.

Realizado o plebiscito, em conformidade com a Lei Complementar nº 56, a população da área a ser desmembrada se manifestou favoravelmente à criação do município.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral apresentado pelo Deputado Toti Colaço, autor do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI Nº 261/95

P A R E C E R:

Art. 1º - Fica criado o Município de Fernandes Pinheiro, desmembrado do Município de Teixeira Soares, com as divisas a seguir especificadas:

1. Com o Município de Teixeira Soares.

Inicia na foz do rio das Antas no rio Imbituva, sobe por este até encontrar a BR-277, segue por esta direção geral Nordeste até encontrar o rio das Almas, sobe por este até a foz do rio dos Mineiros, sobe por este até encontrar a estrada que liga a localidade Mineiros Primeiros à Martis, segue por este na direção geral Sudeste até encontrar o divisor de águas entre o rio Iguaçu e rio Imbituva.

2. Com o Município de Palmeiras

Inicia na estrada que liga a localidade de Primeiros Mineiros à Martis no divisor de águas no rio Iguaçu e rio Imbituva, segue por este divisor na direção geral Sudeste até defrontar a cabeceira do rio das Almas.

3. Com o Município de São João do Triunfo

Inicia defronte à cabeceira do rio as Almas, no divisor de águas entre o rio Iguaçu e rio Imbituva, segue por este na direção geral Sudoeste até encontrar a cabeceira do rio Turvo.

4. Com o Município de Rebouças

Inicia na cabeceira do rio Turvo, deste ponto segue pelo divisor de águas do rio Tibagi e rio Iguaçu na direção geral Noroeste até defrontar com a cabeceira do arroio Barreiro.

5. Com o Município de Irati

Inicia no divisor de águas do rio Tibagi e rio Iguaçu na cabeceira do arroio Barreiro, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Nordeste até a cabeceira do arroio dos Coxilhos, desce por este até a sua foz no rio das Antas, desce por este até a foz do rio Imbituva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.12.95.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de mera adequação à Resolução nº 012/95, e ao memorial descritivo encaminhado e aprovado pelo IAP e pelo IBGE.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 316/95 de autoria do Deputado Orlando Pessuti que dispõe sobre reajustes salariais para funcionários públicos estaduais (Emenda Aditiva ao PL 289/95). PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..

PROJETO DE LEI Nº 316/95 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituída a gratificação

ção de Fiscalização Agropecuária aos Técnicos que prestam serviços no Departamento de Fiscalização - DEFIS - da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.

Parágrafo Único - A gratificação de Fiscalização Agropecuária que se refere este artigo será concedida aos servidores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A gratificação de que se trata a presente lei, corresponde a:

- 150% (cento e cinquenta por cento) do vencimento básico para o servidor de nível superior beneficiário.

- 100% (cem por cento) do vencimento básico para o servidor de nível médio/operacional beneficiário.

- 80% (oitenta por cento) do vencimento básico para o servidor de nível administrativo beneficiário.

Art. 3º - A gratificação a que se refere o Art. 1º será paga em conjunto de forma não cumulativa, com outras gratificações.

Art. 4º - A gratificação de Fiscalização Agropecuária integrará os proventos de aposentadoria do servidor na proporção de 1/35 (um trinta e cinco avos) para os homens e 1/30 (um trinta avos) para as mulheres.

Parágrafo Único - Nos casos de invalidez permanente causados por acidentes de trabalho ou doenças profissionais, conforme art. 35, inciso I da Constituição Estadual, e nos casos de morte do funcionário resultante do exercício da atividade, a gratificação de que trata este artigo incorpora-se integralmente aos proventos da inatividade ou pensões.

Sala das Sessões, em 16.08.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: Ricardo Chab, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk e Toti Colaço.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que:

- Os funcionários do DEFIS, por serem funcionários públicos regidos por estatuto são obrigados a cumprir 8 horas de trabalho.

- As atividades de fiscal agropecuário, pela natureza de sua atividade necessita ter dedicação exclusiva à função.

- A natureza da fiscalização que tais profissionais exercem é insalubre pois estão diretamente em contato com materiais transmissores de doenças como sangue, agente vivo para laboratório, ou produtos químicos como agrotóxicos.

- A ação fiscalizatória envolve apreensões, condenações, aplicação de multas e até mesmo interdições de estabelecimentos

ou confisco de produtos o que gera a reação do infrator com ameaças de toda forma, inclusive com tentativa de suborno.

- A fiscalização do DEFIS é a responsável pela defesa sanitária da agropecuária paranaense, bem como pela inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal e vegetal, preservando desta forma a qualidade dos produtos produzidos no Paraná.

- Através da defesa e da inspeção sanitária exercida pelo DEFIS o mercado internacional vem aceitando os produtos de origem animal produzidos no Paraná.

- A qualidade das ações do DEFIS é reconhecida nacional e internacionalmente. Sendo tomadas como modelo para diversos estados brasileiros.

- A atividade de fiscal por si só restringe ao mercado de trabalho.

- A fiscalização, como em outros setores, visa também aumentar a arrecadação.

- Todas as ações dos "fiscais" visam basicamente a saúde pública.

- Há um grande desestímulo entre os funcionários do DEFIS, em função das baixas remunerações e falta de reconhecimento das atividades profissionais.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 316/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o projeto de lei em questão institui e regulamenta a gratificação de Fiscalização Agropecuária aos técnicos que prestam serviços no Departamento de Fiscalização - DEFIS - da Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento.

Inicialmente emenda ao Projeto de Lei nº 289/95, o projeto em pauta foi transformado em projeto de lei em separado. Como a emenda não continha súmula, conseqüentemente o projeto constituído em separado também ficou dela desprovido, ensejando apenas sua inserção no corpo do projeto, como a seguir sugerido:

Afora essa pequena impropriedade formal, em seus aspectos constitucionais e legais o projeto não encontrou nesta comissão qualquer obstáculo à sua normal tramitação.

O parecer é favorável, s.m.j..

Sala das Comissões, em 27.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDGARD BUENO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 316/95

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão de Finanças, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, o projeto de lei supramarginado, que tem por objetivo instituir a gratificação de

Fiscalização Agropecuária aos técnicos que prestam serviços no Departamento de Fiscalização - DEFIS - da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Tendo sido submetido à douta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, não vislumbramos nenhum óbice a sua tramitação nesta Casa.

Assim, opinamos favoravelmente ao presente projeto de lei.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 29.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 316/95.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/95 de autoria do Deputado Antonio Annibelli que institui nas Escolas Estaduais de 1º e 2º graus, matéria sobre drogas, fumo e álcool, como disciplina obrigatória. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E.C.E. E C.S.P.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 101, de 23.08.95).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 333/95

P A R E C E R:

O plano de lei do eminente Deputado Antonio Annibelli, visa instituir nas Escolas Estaduais de 1º e 2º graus, matéria de drogas, fumo e álcool, como disciplina obrigatória.

Ao analisar o presente projeto de lei, achamos de alto alcance social, mormente nos dias atuais onde os governantes procuram conscientizar a população dos males advindo de tais dependências, com inclusão nos currículos escolares de 1º e 2º graus de disciplina específica, os jovens terão orientação na base.

Por tratar-se de matéria de competência do Executivo, propomos que o mesmo possa ser autorizatório.

Condicionamos o nosso parecer favorável a aprovação do substitutivo apenso.

Sala das Comissões, em 12.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir nas Escolas Estaduais

de 1º e 2º graus, matéria sobre drogas, fumo e álcool, como disciplina obrigatória.

Sala das Sessões, em 05.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE PROJETO DE LEI Nº 333/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei cuja autoria é do nobre Deputado Antonio Annibelli, tem por objetivo instituir nas Escolas Estaduais de 1º e 2º graus, matéria que trata sobre drogas, fumo e álcool, como disciplina obrigatória.

Foi submetido à análise da Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável, condicionado à aprovação de substitutivo em apenso.

Esta Comissão, ao analisar o Projeto de Lei nº 333/95, avalia ser este um projeto que vai de encontro à preocupação da grande maioria de educadores sobre o grave perigo que o problema das drogas representa, especialmente para a nossa juventude.

Acompanhamos o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sendo o nosso parecer favorável, também condicionado ao substitutivo em apenso, proposto pela mesma.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 01.11.95.

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PROJETO DE LEI Nº 333/95

P A R E C E R:

A proposição em exame institui nas Escolas Estaduais de 1º e 2º graus, de forma obrigatória, as disciplinas sobre drogas, fumo e álcool.

Sob análise desta Comissão, o projeto atende interesse inicial de controle dos vícios mais comuns, disseminados entre a população. Portanto, embora a matéria seja de competência do Poder Executivo, daí a emenda autorizativa, manifestamo-nos favoravelmente à sua aprovação, até como forma de chamar atenção do governo para a necessidade de implantação de programas eficazes, com profissionais especializados, tanto na área educacional quanto sanitária visando o combate aos aludidos vícios.

Sala das Comissões, em 11.12.95.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

EDSON SILVA LINO - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 348/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio que declara de Utilidade Pública à Associação dos Moradores e Amigos da Vila Treze de Maio, com sede e foro no municí-

pio de Piraquara. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no DA. n° 109, de 31.08.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 348/95

P A R E C E R :

O plano de lei em epígrafe do Deputado Algaci Túlio, visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Treze de Maio, com sede e foro no município de Piraquara.

A matéria atende aos aspectos da constitucionalidade e da técnica legislativa, cumprindo também todos os requisitos da Lei n° 6994/95.

Pelos motivos acima expostos, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 483/95, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública à ABEM - Associação Brasileira de Esclerose Múltipla - Paraná, com sede e foro em Curitiba-PR. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no DA. n° 157, de 13.11.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 483/95

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a ABEM - Associação Brasileira de Esclerose Múltipla - Paraná.

Dispõe a Lei n° 6.994/78:

"Art. 1° - As Sociedades Cívis, as Associações e as Fundações constituídas no Estado do Paraná, ou que aqui exerçam suas atividades através de representações, e que visem exclusivamente servir desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de Utilidade Pública, provados os seguintes requisitos:

I - que possuam personalidade jurídica há mais de um ano.

II - que estão em efetivo exercício e servem desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários.

III - que não remunera a qualquer título os cargos da sua diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto.

IV - que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas, ou filantrópicas, de

caráter geral ou indiscriminatório".

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental esta Comissão entendeu que há respaldo legal para o prosseguimento da presente, não encontrando óbice à sua tramitação nessa Casa de Leis.

Nosso parecer, é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 490/95, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública à Associação dos Moradores do Bairro Vista Alegre, com sede e foro na cidade de Carlópolis. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no DA. n° 161, de 20.11.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 490/95

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Claudio Romanelli, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores do Bairro Vista Alegre, com sede e foro no Município de Carlópolis.

O projeto de lei em tela não fere nenhum preceito constitucional e está perfeitamente de acordo com a legislação específica que regulamenta a matéria.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 492/95 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães do Jardim Venizia - CIC de Curitiba - PR.. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no DA. n° 166, de 23.11.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 492/95

P A R E C E R :

A proposição em tela, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o Clube de Mães do Jardim Venizia - CIC de Curitiba - PR.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 504/95, de autoria do Deputado Edgard Bueno, que declara de Utilidade Pública o Centro Assistencial à Família Rural, com sede e foro na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no DA. nº 167, de 27.11.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 504/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Edgard Bueno, visa declarar de Utilidade Pública o Centro Assistencial à Família Rural, com sede e foro na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Tal entidade, tem por finalidade proporcionar e manter obras de Assistência Social e Filantrópicas, e mais, promover programas de conscientização às famílias na preservação e melhoria do meio ambiente em que vivem.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, conclui nada haver que possa obstar a normal tramitação do projeto, por esta Casa de Leis.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 518/95 de autoria dos Deputados Anibal Khury e Caíto Quintana que cria o Município de Manfrinópolis, desmembrado do Município de Salgado Filho, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no DA. nº 169, de 29.11.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 518/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, tem por objetivo criar o Município de Manfrinópolis, desmembrando-o do Município de Salgado Filho.

Realizado o plebiscito, em conformidade com a Lei Complementar nº 56, a população da área a ser desmembrada se manifestou favoravelmente à criação do município.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 539/95, de autoria dos Deputados Caíto Quintana e Eduardo Trevisan, que cria o Município de Bela Vista do Caroba, com sede e foro na localidade de Bela Vista, desmembrado do Município de Pérola do Oeste e Prachita. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 177, de 06.12.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 539/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, tem por objetivo criar o Município de Bela Vista do Caroba, desmembrando-o do Município de Pérola do Oeste.

Realizado o plebiscito, em conformidade com a Lei Complementar nº 56, a população da área a ser desmembrada se manifestou favoravelmente à criação do município.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 541/95, de autoria dos Deputados Caíto Quintana e Anibal Khury, que cria o Município de Centro Novo, desmembrado dos Municípios de Planalto e Pérola do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 179, de 07.12.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 541/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, tem por objetivo criar o Município de Centro Novo, desmembrando-o do Município de Pérola do Oeste.

Realizado o plebiscito, em conformidade com a Lei Complementar nº 56, a população da área a ser desmembrada se manifestou favoravelmente à criação do município.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 059/95, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que altera a redação da Resolução nº 016/95, que autorizou a realização de plebiscito, para a criação do Município de

Bela Vista de Carova. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. COM EMENDA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 161, de 20.11.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 59/95

P A R E C E R:

A presente proposição, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem por objetivo alterar a Resolução n° 16/95, que autorizou a realização de plebiscito para a criação do Município de Bela Vista da Carova.

A motivação do projeto de resolução em tela é de corrigir o memorial descritivo do art. 1°. Sendo assim, chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça dá o seu parecer favorável, somente fazendo uma nova correção na forma de uma EMENDA CORRETIVA:

Onde se lê:

BELA VISTA DA CAROVA

Leia-se:

BELA VISTA DA CAROBA

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.95.

(aa)JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento n° 3780, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborgetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3793 a 3796 de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3781 e 3782 de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3783, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria achase publicada no final desta ata).

Requerimento n° 3784, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3785, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3788, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno. Requerimento n° 3790, de autoria dos Se-

nhores Deputados Ricardo Chab e Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3791 a 3792 de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. A Mesa deixa de receber.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não cabe requerimento por não ser de autoria do presidente da Comissão.

Requerimento n° 3797, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3798, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, se V.Exa. pudesse me dizer, qual foi a data que foi requerido o pedido de urgência para esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Parece que foi dez desse mês.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - De acordo com o artigo 186 do Regimento Interno, gostaria que a Mesa reconsiderasse a proposição em vigência, até porque dia 10 seria domingo, mas de qualquer forma a assessoria da Mesa deve estar equivocada, mas esse projeto não pode estar em regime de urgência porque o Deputado Rossoni não é presidente de uma comissão que tenha requerido, de acordo com o artigo 186 - Somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais for requerida urgência por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos Presidentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Rossoni é Presidente da Comissão de Tomada de Contas.

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Requerimento n° 3799, de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana, Cesar Silvestri e Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Rejeitado.**

Deixo de receber o requerimento por se tratarem de pessoas que não exercem mais funções públicas.

A Mesa pode endereçar convite para as pessoas solicitadas, desde que o Plenário aprove.

Os Senhores Deputados aprovam o convite para prestarem esclarecimentos a Casa, a título de convite.

REJEITADO.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - O processo regimental não está sendo bem

entendido, porque no momento que se votava o segundo requerimento após o primeiro, polêmico, houve conversas atravessadas que este Deputado não conseguiu de maneira alguma entender e interpretar, eu gostaria de saber de Vossa Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não sei como se fala em latim, mas em português diz o seguinte, a lei não protege quem dorme.

(Vozes paralelas)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após a presente sessão.

Marca ainda, uma sessão ordinária para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 012, 255, 261, 333, 348, 483, 490, 492, 499, 504, 518, 525, 526, 539 e 541/95.
- 2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 059/95.
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 184, 468, 380 e 381/95.

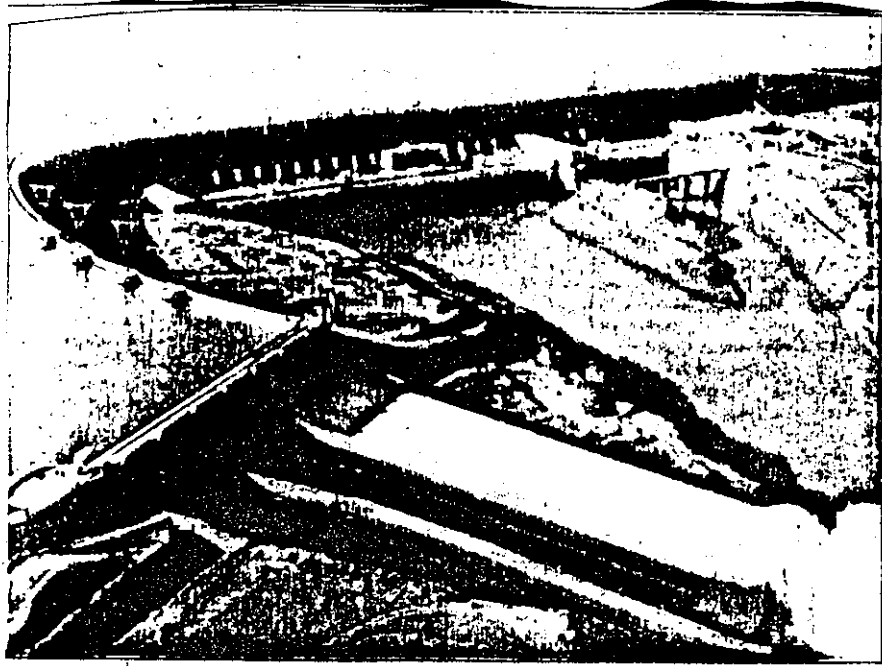
Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO SÂMIS DA SILVA, EM SESSÃO DO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 1995.

"ITAIPU ENTRE AS 7 MARAVILHAS MODERNAS"
Jornal "O Estado do Paraná"

ORDEN DO DIA:



A grandiosidade da hidrelétrica binacional: reconstituição de um trabalho de Hércules, dizem engenheiros norte-americanos.

para construir Itaipu, "os operários reconstituíram um trabalho de Hércules. Eles alteraram o curso do sétimo maior rio do mundo (Rio Paraná), na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, removendo 55 milhões de metros cúbicos de toneladas de terra e rocha para escavar o desvio de 2 quilômetros". É completa: "Depois veio o concreto - quinze vezes mais do que o utilizado na construção do Canal da Mancha". Mas "a verdadeira maravilha de Itaipu, entretanto, é sua casa de força - 968 metros de comprimento, metade debaixo da água -, que contém 18 geradores hidrelétricos, cada um deles pesando 3.300 toneladas. Para cada gerador, 690 metros cúbicos de água descem por segundo através de um tubo de 10,5 metros de diâmetro até a turbina. O resultado: um único edifício no qual se produz 12.600 megawatts,

energia suficiente para abastecer a maior parte da Califórnia", conclui a revista. A segunda lista A Sociedade Americana de Engenharia Civil elaborou a lista das sete maravilhas do mundo moderno a pedido da revista "Popular Mechanics". A ideia foi considerada um desafio, já que existem centenas de obras gigantescas distribuídas pelos sete continentes. Mas a análise da ASCE obedeceu a critérios rigorosos, definindo os avanços, as mudanças para a engenharia e o significado de cada obra vista daqui a um longo tempo. O que a revista pretendeu foi que os especialistas modernos repetissem o feito do grego Antipater, que no ano 240 antes de Cristo listou as Sete Maravilhas do Mundo Antigo: as Pirâmides do Egito, os Jardins Suspensos da Babilônia, o Mausoléu, o Templo de Ártemis e Esculapio, a Estátua de Zeus de Fíbas, o Colosso de Rodas e o Farol de Alexandria. Mesmo existindo poucas obras de valor além destas, em seu tempo, Antipater ainda assim estudou muito e fez várias consultas antes de elaborar a sua lista. O trabalho dos engenheiros americanos foi muito mais difícil. Do Terceiro Mundo Um detalhe a observar é que, da lista das maravilhas do mundo moderno, apenas duas estão em chamados países do Terceiro Mundo: Itaipu e o Canal do Panamá. Este último, no entanto, foi construído com recursos e engenharia das Estados Unidos, enquanto a Barragem de Itaipu foi resultado do esforço conjunto de Brasil e Paraguai, num desafio considerado impossível, na época, por especialistas de ambos os países e Estados Unidos.

Revista de engenharia dos EUA classifica usina como uma das maiores obras do mundo

A Hidrelétrica de Itaipu, construída em sociedade pelo Brasil e o Paraguai, é uma das sete maravilhas do mundo moderno. A lista foi feita pela Sociedade Americana de Engenharia Civil (ASCE), depois de consultar engenheiros sobre as grandes obras existentes em seus respectivos países. O resultado foi publicado na edição de dezembro da revista "Popular Mechanics", dos Estados Unidos. As sete grandes obras de engenharia foram construídas neste século e Itaipu é a única na América do Sul. Para fazer a lista, a ASCE baseou-se principalmente em dois critérios: quais os desafios e os limites de engenharia de longo termo que cada projeto analisado representava. Diz a revista: "Depois de muitos debates, Os especialistas da ASCE definiram quais são as sete grandes obras do mundo moderno. Elas se colocam como um testemunho da capacidade do ser humano do século 20 de alcançar seu grandioso destino: a conquista do impossível". Além da Barragem de Itaipu, a lista inclui a ponte Golden Gate, em São Francisco, Califórnia (EUA); o Canal do Panamá, que liga o Oceano Atlântico ao Pacífico (Panamá); o Eurotúnel, que une França e Inglaterra sob o Canal da Mancha; os Projetos do Mar do Norte para Controle das Águas (Holanda); o Edifício Empire State, em Nova Iorque (EUA); e a Torre da Canadian National, em Toronto (Canadá). "Ousadia de tirar o fôlego" Sobre Itaipu, a revista afirma que "os engenheiros levantaram um brinde à grandiosidade ousada e de tirar o fôlego". No texto onde é explicada a escolha da Usina, maior hidrelétrica em operação no mundo, a revista afirma que,